Cinismo sem limites ameaça incendiar o país

Privilegiados querem esfolar povo em nome de eliminar privilégios

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

HORA DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.591 24 a 28 de Novembro de 2017

Reforçada pelo Banco Mundial, nova PEC da Previdência vai para a Câmara. Aposentados e trabalhadores se preparam para a guerra

Em jantar no Palácio do Alvorada, na quarta-feira (22), Temer apresentou mais uma versão da PEC da Previdência. A essência é a mesma: restringir os direitos dos trabalhadores à aposentadoria, para que não se aposentem - ou se aposentem somente em vésperas da morte. Assim como na versão anterior, o governo precisará de 308 votos. Segundo o vice-presidente da Câmara, Fábio Ramalho (PMDB-MG), "não adianta, ninguém vai votar a Previdência". Temer abriu o baú das imoralidades. Só em emendas, promete liberar mais de meio bilhão. Porém, o mais cínico é a apresentação desse ataque à Previdência para desviar seu dinheiro para os cofres dos parasitas financeiros, como "corte de privilégios". De privilégios, Temer e sua quadrilha entendem: logo ele, que aposentou-se aos 55 anos, depois de esporádico trabalho durante apenas 26 anos, e percebe R$ 45 mil como promotor aposentado. **Páginas 2 e 5**

Investimento do BNDES para a indústria cai 49% em dez meses

De janeiro a outubro deste ano, os recursos liberados pelo BNDES para a indústria despencaram 49% em comparação com o mesmo período de 2016. É o menor volume da série histórica divulgada pelo banco de fomento. No período, o total de desembolsos registrou queda de 20%. **Página 2**

José Cruz- ABr

O "estudo" foi pedido pelo governo Dilma para garantir pagamento aos bancos

Banco Mundial dá solução: amontoar alunos nas salas, cortar Saúde e pagar aposentado abaixo do salário mínimo

A tese do relatório do Banco Mundial, encomendado pelo governo Dilma, é que o investimento público - em Educação, Saúde, Previdência ou em qualquer outra área – somente beneficia privilegiados ou cria privilégios. Portanto, é preciso cortar todas as verbas públicas, deixar o povo sem nada, para que não haja privilégios. Aí, o dinheiro poderá ir para o "ajuste fiscal", isto é, para os bancos e outros bandidos do setor financeiro, sobretudo sob a forma de juros. Drenado para os especuladores, sobretudo os estrangeiros, o dinheiro público assim privatizado – isto é, roubado -, não cria mais privilégios. Que haja quem incense esse relatório na TV, apenas mostra que o reacionarismo é inseparável da debilidade mental. Um homem – ou mulher – sem pátria é sempre uma nulidade. **P. 2**

ABr

Foro privilegiado virou blindagem contra punição, afirma juiz Moro

"O foro é uma blindagem contra a punição. Não garante a liberdade política, mas sim a irresponsabilidade frente a corrupção", disse o juiz Sérgio Moro. **Página 3**

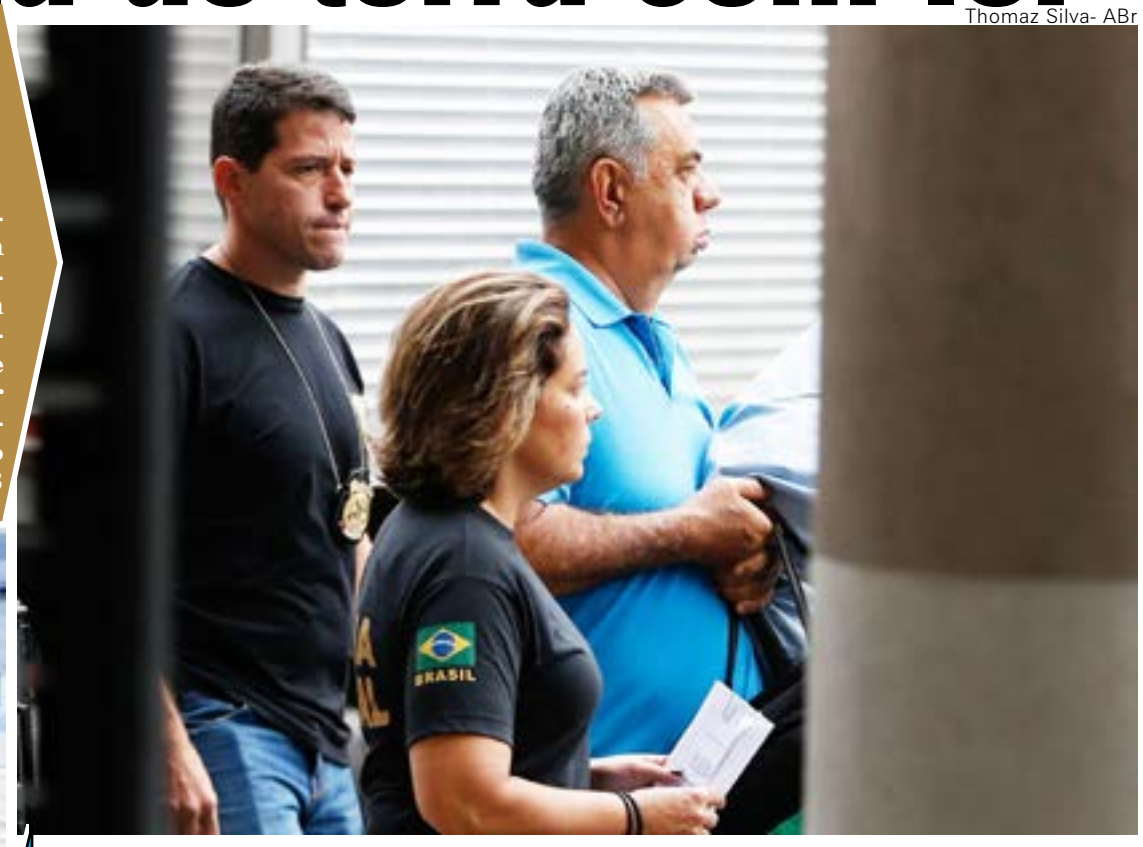
Dodge pede ao Supremo que pare "o clima de terra sem lei"

A procuradora-geral Raquel Dodge entrou com ação no STF contra a decisão da Assembleia Legislativa do Rio de revogar a prisão dos deputados Jorge Picciani, Paulo Melo e Edson Albertassi, todos do PMDB. "O fato de a resolução legislativa ter sido cumprida por ordem direta da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sem expedição de alvará de soltura pelo Poder Judiciário, é prova eloquente do clima de terra sem lei que domina o Estado", observou. **Página 3**

Cabral, Picciani e Garotinho no mesmo presídio

Os deputados Jorge Picciani, Paulo Melo e Edson Albertassi (PMDB), voltaram para a prisão e foram levados para a penitenciária de Benfica, onde já se encontra o ex-governador Sérgio Cabral. O ex-governador Antony Garotinho também foi para lá. Pág. 3

Thomaz Silva- ABr



AFP

Contra o relógio, Argentina espera por um milagre

Os parentes dos tripulantes do submarino ARA San Juan, sem contato desde o dia 15, que se deslocaram à base naval de Mar del Plata esperam por um milagre, uma vez que a reserva de oxigênio está no final e existe suposição de explosão a bordo. **Página 6**

Quatro milhões de procedimentos médicos foram cancelados no Rio

Crise se expande por todo o país. A atual condição do sistema de saúde pública é de extrema gravidade. A crise na rede municipal do Rio se mostra ainda mais dramática . **P. 4**

Destruída pelos EUA, Líbia vê surgir o tráfico de escravos

Pág. 6

Banquete de Temer para atacar Previdência fracassa em Brasília

Marcos Corrêa/PR

Número de convidados para o jantar ficou aquém do esperado

Cadeiras vazias dominaram o ambiente com caras patibulares de Meirelles & Cia

Em jantar no Palácio do Alvorada, na quarta-feira (22), Temer apresentou mais uma versão da PEC da Previdência.

Em relação à atual legislação, para a aposentadoria integral, aumentaria de 35 anos para 40 anos o tempo mínimo de contribuição, com a instituição da idade mínima de 65 para os homens e de 62 anos para mulheres. Os dois critérios seriam necessários, ao invés de hoje, em que é possível aposentar-se por um desses critérios.

A essência, portanto, é a mesma da versão anterior: restringir (e, no limite, retirar) o direito do trabalhador à Previdência pública e tangê-lo para a Previdência privada, controlada pelos bancos – ou deixá-lo, como os escravos, sem aposentadoria, no mínimo, até perto da morte, assim como alguns preconizam, para todos os trabalhadores, salários que pouco se diferenciam de nenhum salário.

É verdade que não é fácil, para esse governo, aprovar essa emenda constitucional - para o que seria necessário o voto de 308 parlamentares -, considerando a proximidade das eleições e o desgaste, inédito na história republicana, de um governo que parece uma pedra amarrada no pescoço de quem o apoia.

Daí, abriu-se outra vez o baú das imoralidades, com mais de meio bilhão de reais somente em emendas liberadas pelo Planalto.

Um governo que tem como face mais ostensiva a do deputado Marun, pajem de Eduardo Cunha, tem pouco a oferecer, além de dinheiro. Este não basta, quando a perspectiva de ir para a cadeia - caso não se consiga reeleger e se perca o estimado foro privilegiado - é muito, mas muito concreta.

Porém, o mais cínico são, realmente, os gritos satânicos – já disse alguém que a falsidade absoluta é uma prerrogativa do Diabo – de que o objetivo desse ataque à Previdência é cortar supostos privilégios.

Em outro artigo nesta mesma página, analisamos o relatório do Banco Mundial, em que é preconizada essa fraude. Nesse relatório, os privilegiados são aqueles que ganham um salário mínimo.

Não se trata, nesse caso, de tangê-los para a previdência privada, mas de tirar diretamente dinheiro desses trabalhadores que, durante anos e décadas, contribuíram com a construção do país, para que esse dinheiro seja drenado para o setor financeiro.

Esses, então, são os privilegiados que a "reforma" de Temer, Meirelles, e demais membros da quadrilha, quer despojar do privilégio de ganhar **um** salário mínimo.

Quanto ao setor público – atualmente, há um regime próprio, separado da Previdência dos trabalhadores em empresas privadas – haveria tempo mínimo de contribuição de 25 anos para se aposentar com 70% da média e idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Para a aposentadoria integral, além da idade mínima, 40 anos de contribuição.

Temer e seu bando entendem de privilégioos. O sujeito aboletado na cadeira presidencial se aposentou aos 55 anos, recebendo benefício de R$ 45 mil. Seu ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, se aposentou aos 53 anos e recebe R$ 19 mil, da Câmara. E, em matéria de privilégio, Meirelles é hors concours, se aposentando aos 57 anos e recebendo US$ 750 mil anuais do BankBoston, o equivalente a R$ 201,875 mil mensais, ao câmbio do último dia 23.

Segundo a Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Anfip), dois de cada três que se aposentam pelo INSS recebem um salário mínimo. Do total dos que se aposentam, 66% são pelo critério de idade, o que dá cerca de 10 milhões de brasileiros, com benefício de um salário mínimo. Não pagaram a contribuição durante 35 anos - não porque não quiseram, mas em função do desemprego, da rotatividade etc. Os aposentados por tempo de contribuição são 34%, o que dá 5,7 milhões de pessoas, recebendo, em média, dois salários mínimos.

Quarta-feira pela manhã, o ministro da JBS, Henrique Meirelles, disse que se a reforma da Previdência for aprovada, o governo irá "economizar" R$ 468 bilhões. Caso seja rejeitada, após dez anos o mundo acaba: "Caso a reforma previdenciária não seja aprovada, em dez anos, 80% do Orçamento da União serão ocupado apenas com o pagamento da Previdência. E esse percentual vai seguir subindo nos anos seguintes, até que não haverá mais recursos para segurança, educação, saúde".

Cerca de R$ 468 bilhões é, mais ou menos, o montante desviado **anualmente** – não em dez anos - do setor público para os bancos, fundos de investimentos e outros antros de especulação financeira, via pagamento de juros. Assim:

2014: R$ 311,380 bilhões;
2015: R$ 501,786 bilhões;
2016: R$ 407,024 bilhões;
2017: R$ 415,118 bilhões (últimos 12 meses).

Portanto, em quatro anos, R$ 1 trilhão e 635 bilhões foram desviados do setor público para o setor financeiro – e apenas através dos juros.

Neste ano, as despesas financeiras (juros, amortizações, etc.) constituem 50,4% dos gastos da União, enquanto a Previdência constitui 19,14% desses mesmos gastos, de acordo a LOA 2017 - Execução Orçamentária por Grupo Natureza de Despesa e Execução Orçamentária por Função, publicada no último dia 06.

Em audiência na Câmara, Meirelles afirmou que se a reforma não for aprovada haverá "o crescimento explosivo da dívida pública". "E um aumento da dívida junto com um aumento dos juros, produto deste aumento da dívida, produto da queda da confiança na economia, com tudo isso, nós voltaríamos a uma recessão, desta vez muito mais grave do que tudo que tivemos até hoje", previu.

Ele apenas manipula a própria mentira. Primeiro, inventa uma recuperação inexistente. Depois, quando a mentira aparece, a culpa é dos aposentados.

Exatamente a mesma coisa que faz com as despesas da Previdência; estabelece-se um "teto de gastos" perfeitamente estúpido e depois o problema é a Previdência, que não se adequa a esse limite criminoso. Aliás, nem a Previdência nem área alguma se adequa a esse leito de Procusto.

VALDO ALBUQUERQUE

Para Banco Mundial, povo se aposentar com um salário mínimo é "privilégio"

O suposto estudo – pois não se pode chamá-lo assim – do Banco Mundial, com a descoberta de que o Estado, no Brasil, gasta muito e errado, foi encomendado pelo governo Dilma, em 2015.

Não há, em suas 160 páginas, nada além de um panfleto neoliberal, muitas vezes com dados grosseiramente falsificados (por exemplo: "*70% dos beneficiários do BPC e 76% dos beneficiários das aposentadorias rurais não pertencem ao grupo dos 40% mais pobres*" [os beneficiários do BPC têm renda **familiar** até ¼ do salário mínimo; e nem falemos dos aposentados rurais]; outro exemplo: "*o nível dos salários dos servidores federais é, em média, 67% superior aos do setor privado*"[não comentaremos]).

O fato dessa obra - intitulada "*Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*" - ser a peça principal de propaganda para enfiar o ataque da Previdência no Congresso, sendo martelada nas TVs, jornais e no escambau, mostra como a debilidade mental é inseparável do reacionarismo, isto é, da falta de identificação com o Brasil, com os seres humanos.

A tese é que o investimento público, o gasto público com o povo – em Educação, Saúde, Previdência ou lá em que seja – somente serve para beneficiar privilegiados ou criar privilégios. Portanto, é preciso cortar as verbas e deixar o povo sem nada, para que não haja privilégios.

Mas, para onde irá esse dinheiro, depois de cortadas as verbas do atendimento ao povo? O relatório responde: para a "consolidação fiscal" ou "ajuste fiscal" (cf., op. cit., pp. 21-38).

Em suma, o dinheiro iria para os bancos e outros bandidos do setor financeiro, sobretudo sob a forma de juros, para aumentar a parcela da renda e da produção do país de que eles se apropriam. É isso o que eles chamam de "ajuste" ou "consolidação" fiscal.

Assim, o Banco Mundial combate os "privilégios": entregando o dinheiro do povo ao setor financeiro – que, claro, não tem privilégios...

Tomemos, antes de entrar na Previdência, outro exemplo.

O que dizer de um "documento" que afirma, com todas as letras, que o problema da educação no Brasil é o **excesso** de verbas, o **excesso** de recursos públicos destinados à educação (excesso que, diz o Banco Mundial, "*é uma das principais causas da ineficiência dos gastos*" com educação)?

O Brasil, note o leitor, "tem um dos menores gastos por aluno (...) o gasto na educação básica, por aluno, é menos da metade da média dos países da UE e menos da metade da média dos países da OCDE" (cf. *A pobreza da Educação x A Educação da pobreza*, América do Sol nº 3, 26/10/2016).

Mas o Banco Mundial não apenas acha que é muito, como excessivo. Por isso, propõe, para "aumentar a eficiência", **um corte de 37% nas verbas para o Ensino Fundamental e um corte de 47% nas verbas do Ensino Médio**. Além disso, propõe que as já superlotadas turmas do Ensino Fundamental **aumentem seu número de alunos em 33% e as turmas, também já superlotadas, do Ensino Médio, aumentem em 41% o número de alunos** (cf. Banco Mundial, idem, p. 13).

Não precisamos lembrar ao leitor qual é o estado atual da educação no Brasil. Nem como ela ficaria depois dessas sábias reformas para aumentar a sua eficiência.

É assim que o Banco Mundial quer "combater privilégios". Sempre tirando as verbas, os recursos, do povo, dos pobres – mesmo quando esses recursos são mínimos –, transferindo-os para os ricos, de preferência para aqueles que agasalham-se em Wall Street e outros lugares suspeitos.

Quanto à Previdência, principal prato que essa máfia financeira pretende comer, vejamos esse trecho:

"*... o sistema previdenciário atual é injusto, pois 35% dos subsídios previdenciários (ou seja, o desequilíbrio entre contribuições e benefícios do sistema previdenciário) beneficiam os 20% mais ricos, ao passo que somente 18% dos subsídios beneficiam os 40% mais pobres da população*".

"Subsídio previdenciário" é outra forma de dizer que existe um "déficit da Previdência", como se a população estivesse pagando por uns poucos – o que não é verdade. Mas, detenhamo-nos nessa história dos "20% mais ricos" e dos "40% mais pobres".

No Brasil, segundo o Censo de 2010 (hoje a situação é pior), somente 0,45% da população percebem mais que 20 salários mínimos ao mês (e somente 0,17% recebem mais que 30 salários mínimos). Quem recebe mais de **dois** salários mínimos está incluído entre os 20% que recebem mais. Porque 83,43% da população recebe até dois salários mínimos (cf. IBGE, *Censo Demográfico 2010, Características da população e dos domicílios - Resultados do universo - Tabela 1.8.1*).

Portanto, não tem o menor sentido falar em "20% mais ricos", porque a maior parte desses são pobres; não são poucos os que nem chegam aos três salários mínimos. Também não tem sentido falar em "40% mais pobres", em um país onde mais de 80% recebe, no máximo, dois mínimos..

Esses "20% mais ricos" e "40% mais pobres", portanto, são uma falsificação da realidade.

Agora, vejamos esse outro trecho do relatório:

"*O sistema previdenciário atual é generoso para padrões internacionais* [porque] ***a maioria dos trabalhadores ao fim de sua vida laboral recebe uma renda previdenciária equivalente a seu último salário (aposentadoria integral)***" (cf. Banco Mundial, idem, p. 70, grifo nosso).

O trecho nos pareceu tão lunático e mentiroso, que tivemos de ler várias vezes o conjunto do texto. A explicação encontra-se em uma nota, ao pé da mesma página: "**a aposentadoria mínima é indexada ao salário mínimo e garante uma taxa de reposição de 100% para os trabalhadores formais de baixa renda, bem como para os trabalhadores rurais**" (grifo nosso).

Ou seja, o Banco Mundial considera que é **um privilégio** o trabalhador **que ganha um salário mínimo**, receber, como aposentadoria, **um salário mínimo**.

Esse é o privilégio que o Banco Mundial é contra: aquele dos que recebem **um salário mínimo**!

O relatório, aliás, deixa isso ainda mais claro em outro trecho:

"*Para solucionar o déficit remanescente do RGPS, as seguintes medidas deveriam ser consideradas: - **Reduzir ainda mais** as taxas de reposição* [ou seja, reduzir "ainda mais" as aposentadorias em relação ao salário que o trabalhador recebia antes de se aposentar]; - ***Desvincular o valor mínimo de aposentadoria do salário mínimo***" (idem, p. 9, grifo nosso).

Ou seja, se propõe é um ataque contra as aposentadorias **dos mais pobres entre os aposentados e entre os trabalhadores** com vínculo empregatício: os que ganham apenas um salário mínimo.

Há mais, porém deixaremos para a próxima.

CARLOS LOPES

Desembolso do BNDES para indústria cai 49% de janeiro a outubro

O dinheiro liberado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em financiamentos para a indústria, de janeiro a outubro de 2017, despencou 49% em comparação ao mesmo período de 2016. É o menor volume da série histórica divulgada pelo BNDES, em valores atualizados, desde 1995.

Os desembolsos totais realizados nos dez primeiros meses deste ano totalizaram R$ 55,1 bilhões, que comparados aos desembolsos do mesmo período de 2016 sofreram uma queda de 20%. É o pior resultado para o mês desde 2003. Os dados fazem parte do boletim de desempenho que o banco divulgou na quarta-feira (22).

A indústria que respondeu por 22,1% do total de desembolsos, teve todos seus nove segmentos com variações negativas na comparação anual, metalurgia com menos 76% e material de transporte com menos 59% são as mais expressivas. Por região, exceto o nordeste, todas tiveram quedas. No sudeste a queda foi de 33%.

A agropecuária, com uma variação positiva de 9%, e energia elétrica com +43%, que poderiam ser considerados como resultados positivos, na verdade são produtos da desastrosa política neoliberal de primarizar a economia nacional e das privatizações. O incremento de 8% na participação relativa dos desembolsos para as pequenas e médias empresas se deu num contexto de redução acentuada no total dos recursos emprestados.

Os números divulgados traduzem de forma eloquente a queda dos investimentos, a desindustrialização, a primazia para os setores primários, a privatização, além da redução da operação do BNDES, infortúnios do governo Temer /Meirelles.

J.AMARO

Parente protocola privatização das ações da BR Distribuidora

A oferta pública de ações da BR Distribuidora foi, por fim, protocolada pela atual direção da Petrobrás. O processo de privatização da subsidiária de distribuição de combustíveis da companhia estatal, iniciada ainda no governo Dilma e oficialmente anunciada em junho do ano passado, se dará por meio da distribuição secundária de ações, que vai alienar até 40% da participação detida hoje pela Petrobrás.

O negócio representa – além de um crime contra o patrimônio público – mais um passo para a desintegração completa da Petrobrás, cujo modelo de integração "do poço ao posto" garante um dos processos mais modernos e exemplares de todo o mundo.

A decisão de fatiar a Petrobrás foi camuflada por um programa de "de sinvestimento", lançado em 2012, pela então presidente da estatal Graça Foster, que na prática significa a privatização de um dos maiores patrimônio do povo brasileiro.

Pedro Parente, atual presidente da Petrobrás, visa levantar US$ 21 bilhões com vendas de ativos até 2018. Isso quer dizer transferir para as multinacionais do petróleo poços e jazidas já descobertas do pré e pós-sal, usinas e outras subsidiárias - ou seja, passando por todo o processo de produção de petróleo até ele virar combustível.

A BR Distribuidora é a maior abastecedora do mercado nacional, garantidora de lucros e imagem da Petrobrás perante a população, com uma rede de postos de mais de 7.500 unidades.

O "roadshow" para oferecer as ações da BR começou na quarta-feira (22) e vai até 13 de dezembro, contando com o empenho não só da direção da Petrobrás, como de ministros do governo Temer pessoalmente. A ideia é que sejam arrecadados R$ 4,85 bilhões com a venda das ações da BR, sendo que em posse dos brasileiros, os lucros e benefícios da BR integrada à Petrobrás são infinitamente maiores.

PRISCILA CASALE

Ex-gerente da Transpetro é preso na operação Lava Jato

O ex-gerente da Transpetro, José Antonio de Jesus, foi preso pela Polícia Federal (PF), na terça-feira (21), na 47ª fase da Operação Lava Jato. Ele é acusado de receber R$ 7 milhões em propina da empresa de engenharia NM, entre 2009 e 2015, em troca de favores em contratos com a subsidiária da Petrobrás.

Os contratos, relacionados às áreas de engenharia e dutos, ultrapassavam o valor de R$ 1,5 bilhão, segundo a procuradora da República Jerusa Burmann Viecili.

"Houve um dos esquemas mais rudimentares de lavagem de dinheiro da Lava Jato. A propina saía da conta bancária da empresa de engenharia para a conta bancária de empresa do filho sem qualquer contrato ou justificativa para o repasse do dinheiro", diz a procuradora.

Segundo Viecili, ainda está sendo investigado quanto dos R$ 7 milhões de propina foram destinados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e quem seriam os políticos beneficiados com o dinheiro.

A mesma empresa também teria pago uma outra quantia em separado, direto para a presidência da Transpetro, esta repassada para o PMDB.

O procurador Athayde Ribeiro Costa afirmou, em nota emitida pelo MPF, que "houve um esquema político-partidário contínuo e duradouro na Transpetro, como na Petrobrás".

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Reprodução/facebook

"Precisamos acabar com o racismo", cobrou

Marcelo Monteiro: vidas de jovens negros estão sendo perdidas para a violência

No dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, o professor Marcelo Monteiro, dirigente do Partido Popular de Liberdade de Expressão Afro-Brasileira (PPLE), organização partidária em processo de fusão com o Partido Pátria Livre (PPL), divulgou vídeo defendendo a necessidade de "acabar com a intolerância" no país.

"Na faixa etária de 15 a 29 anos, as vidas são perdidas para a violência a cada duas horas. Se nada for feito serão 43 mil brasileiros entre os 12 e 18 anos mortos até 2021. A cada 23 minutos, uma vida negra será perdida e um futuro cancelado", diz o líder negro.

"De 2005 a 2015, a taxa de homicídio teve um aumento de 18,2%. No Brasil 7 em cada 10 pessoas assassinadas são negras. De cada 1.000 adolescentes brasileiros 4 vão ser assassinados antes e completar 18 anos".

"Precisamos fazer alguma coisa com isso. Precisamos acabar com o racismo no Brasil. Precisamos acabar com a intolerância", pediu Marcelo Monteiro.

Propineiros do PMDB do Rio voltam para a prisão

Reprodução/RJTV/Globo

Picciani, Melo e Albertassi: mafiosos do PMDB do Rio de volta à prisão

"Nunca vi uma coisa dessa", protestou o desembargador-relator do TRF-2, Abel Gomes, diante da decisão da Alerj de soltar os três peemedebistas do Rio, desrespeitando a Justiça Federal

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) decidiu por cinco votos a zero, na terça-feira (21), que os deputados Jorge Picciani, Paulo Melo e Edson Albertassi, todos do PMDB, voltassem para a prisão e fossem afastados de seus mandatos. Logo após a decisão, os três foram levados presos para a mesma penitenciária de Benfica, na zona Norte do Rio, onde já se encontra o ex-governador Sérgio Cabral, condenado pela Lava Jato, e para onde foi levado, posteriormente, o ex-governador Antony Garotinho, preso por decisão do TRE-RJ na quarta-feira.

Na semana passada, o tribunal já havia decretado, também por unanimidade, a prisão dos três peemedebistas como resultado da Operação Cadeia Velha, da Polícia Federal, um braço da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro. A cúpula da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) é acusada de receber propina da Fetranspor, cartel que controla o setor de transporte público e é comandado por Jacob Barata Filho, também investigado pela PF e o Ministério Público Federal. Barata Filho só está solto por conta de um habeas corpus emitido por Gilmar Mendes, o conhecido soltador de grã-finos presos no Supremo Tribunal Federal (STF). Picciani é acusado também de lavar dinheiro através da Agrobilara, sua empresa do ramo pecuário. Picciani e os outros peemedebistas recebiam propina, em troca, garantia os interesses da Fetranspor, principalmente a cobrança de tarifas abusivas da população.

Apesar da decisão pela prisão dos acusados ter sido tomada na semana passada pela Justiça, a Alerj, numa sessão tumultuada, ilegal e truculenta, derrubou na sexta-feira (17) a decretação da prisão e mandou soltar os presos. Os três deixaram o presídio no mesmo dia, sem que o TRF-2 fosse notificado. A ação da Alerj, que por conta própria e sem alvará de soltura, tirou os meliantes da cadeia, foi considerada uma afronta pelo judiciário (ver matéria ao lado com a procuradora-geral Raquel Dodge). Picciani chegou a ser fotografado em casa, junto a seus comparsas, brindando o resultado do episódio com uma taça de champanhe nas mãos.

Durante a sessão da sexta-feira, convocada às pressas, populares foram impedidos de entrar na Alerj com bombas de gás e balas de borracha, usadas pela tropa de choque da PM e pela Força Nacional de Segurança. Até a oficial de Justiça, que foi comunicar o legislativo a decisão de permitir a entrada da plateia na sessão, foi impedida de entrar. Parlamentares, manifestantes e a própria representante da Justiça foram agredidos pelos seguranças.

O relator da ação no TRF-2, que determinou a nova prisão da cúpula do legislativo carioca, desembargador Abel Gomes, votou para que "se restitua a ordem de prisão" dos parlamentares. Ele defendeu, ao final, que o TRF-2 envie ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de intervenção federal se a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) criar novos "obstáculos" ao cumprimento de decisões da Justiça Federal no Rio.

O desrespeito à Justiça foi tão grande pela cúpula da Alerj, que o desembargador Paulo Espírito Santo, comparou a soltura de Picciani, Paulo Melo e Edson Albertassi a uma operação de resgate. "O que eu vi na sexta-feira me deixou estarrecido. Um carro preto da Alerj. Parecia uma operação de resgate de filme de faroeste. Se isso continuar a ocorrer, ninguém mais acreditará no Judiciário. O que aconteceu foi estarrecedor. Que país é esse?", indagou Abel.

"Acabo de ver, na sexta passada, algo que nunca imaginei ver na vida. Nunca vi uma coisa dessa. Não há democracia sem Poder Judiciário", acrescentou o relator Abel Gomes. "Quando vi aquele episódio, que a casa Legislativa deliberou de forma absolutamente ilegítima, e soltou as pessoas que tinham sido presas por uma corte federal, pensei: o que o povo do Brasil vai pensar disso? Pra quê juiz? Pra quê advogado?", destacou o relator.

Segundo os desembargadores, a Alerj cometeu duas ilegalidades. Emitiu a decisão de soltura para os deputados sem que isso passasse pelo tribunal e "ingressou em matéria que não é de sua competência" ao deliberar também sobre o afastamento dos deputados. De acordo com o relator do caso, a Alerj ignorou completamente o TRF-2 e sua jurisdição. Abel disse que na sexta-feira a Assembleia sequer enviou ao tribunal o resultado da sessão que revogou a prisão dos deputados. Os presos foram tirados da prisão por seus pares. "Só pode expedir alvará de soltura quem expede alvará de prisão. Portanto só poderia ser revogada a prisão pelo órgão Judiciário", disse ele Abel Gomes.

A procuradora-geral da República, Raqule Dodge, se manifestou em nota repudiando a decisão da Alerj. Ela pediu ao STF que analise se a decisão tomada pelo legislativo do Rio de Janeiro desrespeita ou não a Constituição Federal. O pretexto usado pelos parlamentares para soltar os três peemedebistas presos era de que a decisão tomada pelo STF em relação aos crimes do senador Aécio Neves poderia ser reproduzida a nível estadual. Em placar apertado, os senadores suspenderam a punição ao tucano.

O ministro Luiz Fux, do STF, classificou como "lamentável", "vulgar" e "promíscua" a decisão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro de soltar os deputados estaduais do PMDB (HP Ed. 3.590). Ele destacou que a Alerj não poderia ter decidido sobre as prisões sem ter consultado o Judiciário. "Eu entendo que essa é uma decisão lamentável, decorrente de uma interpretação incorreta feita em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal (de dar ao Senado o poder de rever medidas cautelares contra Aécio Neves), por uma apertada maioria de 6 a 5. Portanto, entendo que a tese dessa decisão vai voltar ao plenário", disse Fux. Aécio foi flagrado recebendo propina da JBS e o STF deixou a decisão sobre sua punição nas mãos de seus pares do Senado. Aécio retornou às suas atividades, delinquindo normalmente.

SÉRGIO CRUZ

Para Raquel Dodge, o Rio está numa situação de "descalabro institucional"

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro de revogar a prisão dos deputados Jorge Picciani, Paulo Melo e Edson Albertassi, todos do PMDB do Rio de Janeiro. Ela argumentou que a decisão da Alerj foi uma ofensa à lei e à Constituição.

Os três integrantes da cúpula do PMDB do Rio são acusados de formar um esquema de propina com empresários do setor de transportes, entre eles Jacob Barata, da máfia dos transportes no Estado.

Segundo a PGR, a ação entrou no STF antes da decisão que mandou os deputados de volta à prisão. Para a procuradora, o fato da Alerj ignorar "o quadro fático de crimes indica a anomalia e a excepcionalidade do quadro institucional vivido nesse momento, a exigir resposta imediata e firme do Supremo Tribunal Federal" e que a decisão do TRF é importante para "remediar a situação de descalabro institucional" no Rio.

"O fato de a resolução legislativa ter sido cumprida por ordem direta da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sem expedição de alvará de soltura pelo Poder Judiciário, é prova eloquente do clima de terra sem lei que domina o Estado", observou.

Dodge ressaltou que as prisões não poderiam ter sido revogadas, pois estão presentes "anomalia institucional e situação de superlativa excepcionalidade". Segundo a procuradora, o artigo da Constituição Federal que permite aos legislativos revogar prisões contra parlamentares não deve ser acionado em casos excepcionais.

A procuradora também afirmou que a decisão do Supremo sobre medidas cautelares a parlamentares, usada pelo Senado para devolver o mandato ao senador Aécio Neves, não se estende a deputados estaduais.

"A Corte Constitucional não ampliou sua decisão a ponto de abarcar todas as Casas Legislativas do país. Além disto, não enfrentou a peculiar situação de um Tribunal Federal decretar a prisão de um parlamentar estadual", escreveu.

Raquel Dodge lembrou que o STF já declarou que o legislativo não tem poderes para revogar prisões. Um dos exemplos citados foi o do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), que foi preso no ano passado. A ação foi sorteada para a relatoria do ministro Edson Fachin, que encaminhou o processo para julgamento no plenário.

"O eleitor vai querer experiência, quem supere as tragédias dos governos Dilma e Temer", diz Ciro

O ex-ministro e pré-candidato a presidente da República do PDT, Ciro Gomes, afirmou que na hora de votar o povo brasileiro vai querer alguém que tenha experiência anterior. "Alguma coisa que supere a tragédia causada pelo governo de Dilma Rousseff, e do atual governo, Michel Temer", avaliou Ciro Gomes.

"Afirmo que essa eleição está para mim, porque na hora de votar os brasileiros vão se questionar e buscar uma resposta concreta para os problemas do Brasil, vão querer alguém que tenha experiência anterior".

Ciro declarou ainda: "Não que seja vantagem alguma, é apenas a minha obrigação como cidadão de bem, mas posso me vangloriar de nunca ter respondido a um inquérito, nem sequer para ser absolvido."

"Quem vai administrar o país, um cara que nunca administrou sequer uma bodega?", questionou. E lembra a "trágica experiência de Dilma Rousseff", que assumiu a presidência do país sem nunca antes ter assumido um cargo no Executivo.

"Alguém precisa colocar o Brasil de volta aos trilhos", concluiu.

Divulgação

Ex-ministro Ciro

Dirceu perde no TRF-4 e pode voltar para a prisão

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) manteve, na terça-feira (21), a condenação do ex-ministro José Dirceu a 30 anos e nove meses por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A sentença está relacionada ao processo da Operação Lava Jato em que ele é acusado de receber propina do esquema de corrupção na Petrobrás por meio de contratos da Engevix.

Dirceu foi condenado em primeira instância pelo juiz Sergio Moro a pena de 20 anos e 10 meses. Contudo, quando a defesa recorreu da sentença, em setembro, o TRF-4 aumentou a pena em 10 anos.

A defesa ainda pode apresentar novos embargos na esfera do tribunal. Após o esgotamento de todos os recursos na segunda instância, ele pode ser preso. O ex-ministro aguarda o julgamento do recurso na segunda instância em liberdade, após ficar preso um ano e nove meses.

Divulgação

Dirceu, ex-ministro

Moro: 'foro é irresponsabilidade frente à corrupção'

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas ações da Lava Jato em primeira instância, afirmou na quarta-feira (22) que os tribunais superiores, responsáveis por julgar processos contra acusados que dispõem de foro privilegiado, são vocacionados para analisar recursos e não ações criminais completas.

"Significa que mesmo bem intencionados na condução desses processos os ministros demoram muito. Se constatado que não funciona, se isso, na prática, acaba sendo um escudo contra a efetiva responsabilização de governantes desonestos, isso precisa ser alterado. É muito simples, ou reduzido ou excluído. Nós juízes temos foro e eu acho isso desnecessário, por mim poderia retirar", assinalou.

O foro privilegiado determina que qualquer ocupante de cargo de governo, ministro ou parlamentar só pode ser julgado ou processado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por qualquer ato praticado em qualquer período. A tramitação no Supremo é muito lenta e o criminoso acaba sem punição. Daí o desespero de parlamentares ou autoridades executivas investigadas por corrupção ou outros crimes para manter os cargos e, portanto, o foro. Para se reelegerem, aprovaram no Congresso um fundo eleitoral que deve alcançar cerca de R$ 2 bilhões vindos dos cofres públicos.

Sérgio Moro argumentou que a prerrogativa de foro é "um privilégio questionável". "Os denunciados que perderam esse foro durante as investigações [da Lava Jato] foram julgados e condenados", observou, citando a confirmação da condenação do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB) pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

"O foro é uma blindagem contra a punição. Não garante a liberdade política, mas sim a irresponsabilidade frente a corrupção", disse, após palestra a empresários em Curitiba.

VAIAS

A Associação Nacional dos Procuradores Municipais informou na quarta (22) que "apenas quatro [procuradores] vaiaram o juiz federal Sergio Moro e 800 o aplaudiram de pé" em palestra no XIV Congresso da entidade realizado na capital paranaense.

"São quatro procuradores ligados ao PT e ao PC do B, eles acham que Moro acabou com o plano do Lula", declarou Miguel Kalabaide, coordenador-geral do congresso. A associação negou que a palestra tenha sido cercada por hostilidades e protestos.

"Moro foi aplaudidíssimo", disse. Kalabaide assinalou que os quatro manifestantes são procuradores municipais em Fortaleza. "O site O Antagonista mostrou que um deles, o Guilherme (Rodrigues), participou da manifestação pró-Lula (em março, quando o ex-presidente foi interrogado por Moro) aqui em Curitiba", anotou.

Eneas Gomez/ANPM

Juiz Moro durante sua palestra no Congresso

Temer nomeia Carlos Marun e depois recua

Temer anunciou na quarta-feira (22) a nomeação do deputado Carlos Marun (PMDB-MS) como ministro da Secretaria de Governo em substituição ao tucano Antonio Imbassahy (BA).

Mas recuou. Após encontros com o senador Aécio Neves (MG), presidente licenciado do PSDB, e com o próprio Imbassahy, a definição sobre o futuro da Secretaria de Governo, responsável pela articulação política com o Congresso, dependerá do momento em que os tucanos decidirem entregar os cargos no governo, segundo informou o blog de Andréia Sadi, do G1.

Marun atualmente é defensor de Temer. Porém antes foi aliado ardoroso do presidiário Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados.

Ao saber da nomeação, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) declarou que era melhor Temer ter nomeado logo Eduardo Cunha para o cargo.

Governo Lula impediu que a CPI da Petrobrás investigasse ilícitos, disse senador Álvaro Dias

O senador Alvaro Dias (Podemos/PR) que a CPI da Petrobrás, instalada em julho de 2009 no Senado, foi "totalmente dominada pelo governo" e, por isso, foi adotada a estratégia de apresentar um relatório paralelo com as principais suspeitas de corrupção envolvendo a estatal. Em depoimento ao juiz Sérgio Moro, na terça-feira (21), ele revelou detalhes sobre as investigações.

"A CPI foi totalmente dominada pelo governo, naquilo que nós chamamos de 'abafa CPI'. Foi impossível aprofundar as investigações. Por isso nós apresentamos um relatório paralelo com os principais casos de corrupção", disse.

Segundo o senador, as principais denúncias de irregularidades foram encontradas nos contratos com as refinarias Abreu e Lima (Pernambuco) e Getúlio Vargas (Paraná). Ele contou que em Abreu e Lima houve "um superfaturamento recorde". "Em menos de três anos, os investimentos inicialmente estimados em US$ 4 bi, passaram para US$ 12 bi com claro superfaturamento", apontou.

"Foram identificadas ao menos 12 indícios de irregularidades", comentou. A CPI tinha seis meses para apurar irregularidades na estatal e na Agência Nacional de Petróleo, no entanto, os políticos fizeram "vistas grossas".

Questionado sobre a "operação abafa", Alvaro Dias falou que "especulações sempre existiram, boatos sempre existiram, mas eu não posso afirmar se esse foi o instrumento utilizado para abafar a CPI". "Também não posso afirmar que não tenha havido o pagamento de propina, porque boatos existiram", disse.

Deputado delegado Waldir: foro privilegiado tem que acabar para todos, sem meia faxina

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (22), uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim do foro privilegiado em casos de crimes comuns. A proposta acaba com o direito de ministros, deputados e senadores responderem a ações penais nos tribunais superiores.

O deputado delegado Waldir (PR/GO) criticou o fato de o texto ter mantido o foro privilegiado para os cargos de presidentes da República, da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Sou a favor do fim do foro privilegiado para todos. Não existe meia faxina, tem que fazer a mudança geral e que todos sejam responsabilizados", afirmou. O deputado ponderou, entretanto, que apesar de incompleta a PEC "é um grande avanço".

A proposta já foi aprovada em dois turnos pelo Senado. Na Câmara, ainda será analisada por uma comissão especial e submetida a mais dois turnos de votação no plenário com os votos de pelo menos 308 dos 513 deputados.

O STF também deve retomar o julgamento que pode restringir o foro de políticos. O julgamento foi iniciado em junho e foi interrompido por um pedido de vistas do ministro Alexandre Moraes.

Falta de dinheiro e redução de atendimentos: o caos da Saúde

Crise se expande por todo o país. Apenas na cidade do Rio de Janeiro, entre janeiro e setembro deste ano, 3,9 milhões de procedimentos deixaram de ser realizados

A atual condição do sistema de saúde pública no nosso país é de extrema gravidade. A crise instalada pelo governo federal vem provocando incontáveis prejuízos à saúde da população. A começar pela absurda Proposta de Emenda Constitucional número 55, a "PEC da maldade", que prevê congelar por 20 anos os recursos de áreas essenciais como saúde e educação. Uma afronta direta e muito perversa ao direito básico de Saúde, onde quem paga é o povo. Os efeitos desta política de arrocho já podem ser vistos por todo o país. Com uma brutal redução de profissionais, leitos remédios e acesso aos serviços de saúde, o que já podemos ver com intensidade na cidade do Rio de Janeiro.

A crise na rede municipal do Rio se mostra ainda mais dramática após a divulgação das estatísticas do desempenho da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Com R$ 550 milhões do orçamento bloqueados e no mínimo 120 leitos fechados nos últimos meses por falta de recursos, o cenário é muito grave. Entre janeiro e setembro deste ano, foram 3,9 milhões de procedimentos a menos, em comparação ao mesmo período de 2016, segundos dados do Ministério da Saúde. Entre esses procedimentos estão incluídos exames, consultas e cirurgias.

No total, a secretaria realizou, entre janeiro e setembro do ano passado, 44,8 milhões de procedimentos. Este ano, nos nove primeiros meses, foram 40,9 milhões, o equivalente a 8,6% a menos. Enquanto isso, segundo estimativas do IBGE, a população do Rio aumentou de 6,4 milhões para 6,5 milhões (1,5%), de 2016 para 2017. O número de exames realizados foi o item que mais caiu: de 13,1 milhões para 8,8 milhões, 32,8% a menos. As consultas recuaram de 20,6 milhões para 18,8 milhões, 8,7% a menos, e as cirurgias passaram de 506 mil para 407 mil no período, uma queda de 19,56%.

Em outubro, segundo a subsecretária de Regulação da SMS, Cláudia da Silva Lunardi, 244 mil pacientes aguardavam consultas, exames ou cirurgias na rede municipal. Um número 80% maior do que o registrado no fim de 2016, quando 134 mil pessoas esperavam atendimento. A greve nas clínicas da família, que já dura um mês, por atrasos nos salários, pode piorar esse quadro. "As clínicas da família têm a função de ser o alicerce da saúde. Não temos, hoje, condição de tratar uma pneumonia, porque não há antibióticos. É preciso mandar o paciente para um hospital", diz o presidente da Associação de Medicina de Família e Comunidade, Moisés Nunes.

A greve dos médicos de família e comunidade teve início em 26 de outubro, entre outros motivos, pelo desabastecimento crônico de remédios nas unidades de saúde do município. E ela segue porque a Prefeitura, além de não resolver os problemas, parece ignorá-los. Vale lembrar, que outras categorias também seguem paralisadas, como psicólogos, odontólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários. Ainda de acordo com Moisés, de uma lista de 220 medicamentos, 175 estão zerados nos estoques da Prefeitura do Rio de Janeiro. "A situação é bastante dramática", diz.

A falta de recursos e o programa de arrocho de Crivella estão na origem dos problemas enfrentados pela rede de saúde da prefeitura. Na semana passada, um relatório do Tribunal de Contas do Município (TCM) mostrou que a despesa com a pasta caiu 10,77% em comparação a 2016.

MINAS

Em Minas Gerais a falta de medicamentos também deixa a população em estado de preocupação constante. A dificuldade é encontrar alguns medicamentos distribuídos de graça pelo estado pela Farmácia de Minas. Segundo eles, a busca é constante, mas nem sempre a reposta é positiva e a falta de prazo para o recebimento dos remédios é motivo de muita angústia.

No Rio Grande do Sul, a situação também não é nada favorável. O governo de José Ivo Sartori (PMDB) tem total compromisso com a privatização. Em que, constantemente, vem atrasando e até mesmo diminuindo repasses financeiros para os municípios gaúchos. O mesmo exemplo segue a prefeitura de Porto Alegre. E a lógica de ataque ao trabalhador do Sistema Único de Saúde (SUS), como forma de mostrar uma "ineficiência" do SUS, e assim abrir o caminho para as privatizações e parcerias público-privadas.

A política do governo Michel Temer, levada a cabo pelo seu ministro Ricardo Barros (PP), é a de uma forte expansão da privatização e do desmonte do serviço público em benefício das operadoras de saúde e de Organizações Sociais (OS). Ao mesmo tempo em que o serviço público se deteriora, o governo desregulamenta o setor privado, deixando os usuários à mercê do mercado.

Manifestações de funcionários e usuários da rede municipal contra a gestão Crivella em foram realizadas em mais de 30 pontos da capital fluminense, inclusive sedes da Igreja Universal, onde o atual prefeito é bispo licenciado

Operador aponta propina de R$ 450 mil a Crivella

Um dos investigados que denunciou o esquema de propina da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor) e agora colabora com a justiça, afirmou ao Ministério Público Federal (MPF) que fez pagamentos num total de R$ 450 mil, em espécie, para o prefeito do Rio, Marcelo Crivella (PRB).

As acusações contra Crivella foram feitas por Edimar Moreira Dantas, que trabalhava na empresa do doleiro Álvaro José Novis, acusado de ser o operador do esquema da Fetranspor de pagamento de propina e doações eleitorais não declaradas a políticos.

Edimar Dantas afirmou aos procuradores que, nos anos de 2010 e 2012, fez cinco pagamentos em dinheiro vivo, num total de R$ 450 mil, a Mauro Macedo, que foi tesoureiro de antigas campanhas de Crivella. Todos os repasses foram feitos pessoalmente num escritório na Candelária, onde funcionou comitê de campanha de Crivella em 2010.

Dantas afirmou que a ordem para os pagamentos foi de José Carlos Lavouras, um dos diretores da Fetranspor, que teve a prisão decretadas nas operações Ponto Final e Cadeia Velha e está foragido em Portugal com sua cidadania portuguesa. O delator deu datas e até horários dos momentos em que pagou. Naa planilha que entregou ao MPF, estavam identificados quatro pagamentos de R$ 100 mil cada um, e teria havido ainda um quinto repasse, de R$ 50 mil.

O prefeito Marcello Crivella, em nota à TV Globo, afirmou que as acusações são uma "infâmia", são "absurdas" e que só estão ocorrendo porque ele proibiu o aumento na tarifa dos ônibus. Ele disse ainda que suas campanhas eleitorais sempre foram "as mais modestas".

Em seus depoimentos ao Ministério Público Federal, Edimar Dantas também comprometeu o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB). O delator afirmou que foram repassados R$ 4,8 milhões a Pezão (PMDB) entre julho de 2014 e maio de 2015. Pezão também nega.

Yasuyoshi Chiba/AFP

Propina para Crivella é do esquema da Fetranspor

Polícia Federal prende o casal Rosinha e Garotinho, ex-governadores do Rio

Antonio Carlos Rodrigues, presidente do PR, está foragido

Os ex-governadores do Rio de Janeiro, o casal Anthony Garotinho e Rosinha Matheus, foram presos na manhã desta quarta-feira (22) por suspeita de financiamento ilegal de campanha e cobrança de propina. Após ser direcionado para uma unidade do Corpo de Bombeiros, Garotinho foi transferido para a cadeia de Benfica, a mesma onde estão Cabral e Picciani, também acusados de corrupção.

Segundo os investigadores, a JBS firmou contrato fraudulento com uma empresa sediada na cidade de Macaé (RJ) para prestação de serviços na área de informática, mas na verdade os serviços que custaram "aproximadamente R$ 3 milhões" "não eram efetivamente prestados" e serviram "apenas para o repasse irregular de valores para utilização nas campanhas eleitorais", diz a PF em nota.

A PF afirmou ainda que empresários também disseram que Garotinho cobrava propina nas licitações da Prefeitura de Campos, exigindo o pagamento para que os contratos fossem honrados pelo poder público.

Em nota, a assessoria de imprensa de Garotinho negou as acusações. O texto atribui à prisão "a mais um capítulo da perseguição que vem sofrendo desde que denunciou o esquema do governo Sergio Cabral na Assembleia Legislativa".

A PF não conseguiu cumprir o mandado de prisão contra o presidente nacional do PR e ex-ministro dos Transportes Antônio Carlos Rodrigues na manhã desta quarta-feira (22). O político não foi encontrado. À noite, a defesa de Rodrigues informou que ele deve se apresentar à PF nesta quinta-feira (23).

Usuários relatam falta de medicamentos para transplantados em sete estados

A Associação Brasileira de Transplantados lançou um alerta para a constante falta de pelo menos um dos três medicamentos principais contra rejeição de órgãos. O micofenolato, o tacrolimo e o everolimo, estão em falta em sete estados brasileiros.

"Começou em janeiro. Começou a falta esporádica. Agora, nesses últimos quatro meses, a falta está constante. Não é mais esporádica. Você vai na farmácia de alto custo, e eles nunca têm. Ou um ou outro", contou Dorca Lemes ao Jornal Nacional, que há dois anos e meio realizou um transplante de rins e hoje encontra dificuldades na obtenção dos medicamentos.

Cerca de 50 mil brasileiros são transplantados. Pessoas que passaram anos na fila à espera de um órgão que, mesmo sendo compatível, faz com que seja necessário o uso, para o resto da vida, de imunossupressores, medicamentos específicos para evitar que o organismo rejeite o órgão transplantado.

"Se eles pararem de tomar por um período de semanas, eles perdem o órgão transplantado. No caso do rim, volta para a diálise; no caso de coração, pulmão, fígado, eles morrem", explica o nefrologista José Medina Pestana. Somente no estado de São Paulo, vivem 40% dos transplantados.

Governo vende "Campo Azulão" da Petrobrás para múlti alemã

A Petrobras entregou nesta quarta-feira (22) toda a sua participação no Campo Azulão, localizado na Bacia do Amazonas, por 54,5 milhões de dólares, para a Eneva, empresa do grupo alemão E.ON, que atua em geração, venda e logística de energia elétrica.

O Campo de Azulão fica a 290 km a leste de Manaus e "possui volumes recuperáveis de gás natural com potencial para implantação de um projeto integrado, com o escoamento direto do gás natural produzido para abastecimento de uma usina termelétrica", destacou a Eneva.

Segundo a direção da Petrobras, a transação faz parte do seu programa de desinvestimentos e está alinhada à política da estatal de priorizar investimentos "em ativos com maior potencial de geração operacional no curto prazo e com maior possibilidade de otimização de capital e de ganhos de escala".

A operação depende da aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Desde que Dilma abriu a exploração do pré-sal para empresas estrangeiras, com o leilão de Libra, o maior campo de petróleo do mundo, a política da Petrobras tem sido de entrega de patrimônio e demissões, sob o seu comando também foi entregue a Gaspetro. Já no governo Temer, a Petrobrás deixou de ser operadora única no pré-sal, e entregou o campo de Carcará, o Gasoduto Sudeste, a BR Distribuidora, além do terceiro leilão pré-sal, que incluiu centenas de poços, entre outros. (ver matéria na página 2)

Assembleia gaúcha rende homenagens a lideranças no Dia da Consciência Negra

Na última quarta-feira (22), em seção solene na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS), os deputados estaduais realizaram um evento da Semana da Consciência Negra. Os parlamentares ocuparam a tribuna em nome de suas bancadas, e realizaram a entrega da Medalha Zumbi dos Palmares e com o Troféu Deputado Carlos Santos.

Em sua fala, o deputado Bombeiro Bianchini (PPL), lembrou a trajetória do gaúcho João Cândido, conhecido como almirante negro, líder da Revolta da Chibata em 1910, e afirmou que a sociedade não pode mais conviver com tanto preconceito. Para ele, o País precisa ter discernimento e reconhecer o papel do trabalho dos negros na construção da nação brasileira. "Nesta sessão solene, em comemoração ao dia da consciência negra queremos destacar a importância da reflexão sobre a cultura do povo africano no Brasil, pois não podemos mais conviver com tanto preconceito".

Ele também destacou que "no contexto atual a crise econômica que atinge a população brasileira tem um grande reflexo na população negra, que segundo dados do DIEESE dos 23 milhões de desempregados ou subempregados no país, 63% são negros".

Pedro Ruas (PSOL) falou da importância de se ter a lembrança de Zumbi dos Palmares e frisou a necessidade de se estabelecerem metas, "em um ano, quantos juízes negros? Em cinco anos, quantos médicos, professores da UFRGS? Temos que ter metas, e atingi-las", disse, defendendo que era tarefa desta geração modificar a realidade legada por quase 400 anos de escravidão. "Temos que legar para o futuro uma outra perspectiva", disse.

Josiane Rodrigues de Oliveira foi uma das homenageadas na seção. Ela é agente de saúde comunitária, há mais de 15 anos, e atual presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do RS (Sindacs), do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB) no RS e da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) no RS, além de conselheira da Confederação das Mulheres do Brasil

"Não podemos mais conviver com tanto preconceito", disse o deputado Bianchini

CARTAS

horadopovo@horadopovo.com.br

Deforma

A reforma trabalhista que entrou em vigor no começo do mês não traz nada de beneficio ao trabalhador. As primeiras notícias que recebemos, de ofertas de emprego com salários de 250, 300 reais, somente aos finais de semana, mas que obrigam o trabalhador a manter vínculo com a empresa, e ainda, de oferta de pagamento para os trabalhadores com "vale descontos" nas empresas, só mostram o real objetivo da reforma. Trazer para os tempos de hoje as chagas da escravidão, colocando os trabalhadores como servos das empresas.

Alice Matos – por correio eletrônico

Pezão

Não é a toa que o Rio de Janeiro se encontra na condição em que está. A constatação de que Pezão deu sequência ao esquema de propinas e recebeu R$ 4,8 milhões pelo operador Edimar Moreira, provam que a corrupção e a roubalheira estão descontroladas no nosso país e nos mostra que a crise profunda que assola o Brasil é fruto desse tipo de atitudes. Cadeia é pouco para esses pilantras.

César Augusto de Oliveira – por correio eletrônico

DF: Criança desmaia de fome em escola

A o governo do Distrito Federal, de Rodrigo Rollemberg (PSB), recuou e afirmou que vai "avaliar a possibilidade" de oferecer almoço na escola Classe 8, onde uma criança de oito anos desmaiou por passar fome. Antes da repercussão, na tarde de quinta (16), a Secretaria de Educação havia dito, em nota, que "lamentava" o caso do aluno.

Segundo aquele comunicado, não havia possibilidade de dar almoço aos alunos porque não há ensino integral na unidade – em vez disso, a escola oferta um lanche no meio da tarde.

O garoto faz parte de um grupo de alunos que precisa percorrer cerca de 30 quilômetros de casa até a Escola Classe 8. Eles moram no Paranoá Parque, um conjunto do Minha Casa, Minha Vida onde aproximadamente outras 200 crianças residem. Elas são transportadas para a unidade no Cruzeiro em um transporte escolar do governo, e muitas fazem o trajeto sem se alimentar.

A direção da escola frisa que os alunos do Paranoá foram recebidos de braços abertos pelos profissionais da escola, mas que a dificuldade financeira se impôs à vontade de fazer mais pelas crianças. "Com o devido respeito, esclarecemos aqui que levamos nosso trabalho muito a sério e sabemos quais são nossos limites. Se não fizemos mais, certamente foi por escassez de recursos, não por falta de comprometimento ou por desinteresse", ressaltou.

"A barriga dói e chega até encolher", contou um estudante de 9 anos que também alegou se sentir fraco em alguns dias da semana na escola. Relatos como esse são comuns na sala de aula da professora Ana Karolline. "Pelo menos quatro estudantes sempre reclamam de estar com fome. Eu pego umas frutas na cantina para tentar enganar o estômago", explica a professora. "Uma vez um aluno me disse que não tinha almoço em casa, mas ele não podia me contar isso porque se não ia apanhar dos pais. O que a gente faz?", questionou.

Frente em defesa da Chesf faz representação contra a privatização da estatal

Reunida com a Frente Parlamentar em Defesa da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), nesta quarta-feira (22), a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, se comprometeu analisar a constitucionalidade da privatização do sistema Eletrobrás e da Chesf. O pedido partiu da Frente, que entrou com uma segunda representação na PRG pedindo o cancelamento do processo de privatização.

A Frente, composta por deputados e senadores de Pernambuco, pediu que a medida fosse investigada nos âmbitos da ordem econômica e do direito do consumidor. Nesta nova representação os parlamentares afirmam que não existem informações concretas sobre como ocorrerá a privatização.

"Tudo o que está sendo colocado são informações soltas. Foi dito que o processo aconteceria via projeto de lei, mas onde está esse projeto? Como vamos participar desse debate?", perguntou o deputado federal Danilo Cabral (PSB-PE), presidente da Frente.

Os parlamentares também destacaram que há uma contradição entre o que o governo afirma e o que a Aneel está regulamentando. "O único documento sobre o aumento da conta de luz [provocado pela privatização] é da Aneel [que prevê reajustes de até 16,7%]. O ministro Fernando Filho disse que vai cair [o valor das contas]. A PGR tem o dever de analisar esse ponto e nós também pedimos isso", ressaltou o deputado.

Outra preocupação da bancada pernambucana é o Decreto 9.188, do último dia 1º, que cria uma nova modalidade para a venda de ativos da estatal. "Na prática, é como se o texto autorizasse a Eletrobrás a vender ativos sem passar por processo de licitação", detalhou Cabral, que completou, "precisamos fazer encorpar ainda mais a mobilização contra esse processo criminoso da privatização do setor elétrico brasileiro, que inclui a venda da Chesf. Vendê-la significa entregar o maior investimento público feito no Nordeste para o setor privado".

Cobap: 'Agora é guerra total contra roubo à Previdência'

Warley Martins, durante manifestação contra os ataques do governo

"Vamos pressionar cada parlamentar no Congresso contra essa PEC", afirmou o presidente da Cobap, Warley Martins

Chegou a hora da população brasileira declarar guerra total contra a tentativa desesperada do Governo em tentar enfiar goela abaixo a maldita Reforma da Previdência", convocou Warley Martins, presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) frente à recente tentativa de Temer em adiantar para dia 6 de dezembro a votação da PEC do roubo à Previdência.

Representando os 32 milhões de aposentados e pensionistas filiados à Cobap, o líder dos aposentados organizou manifestações de rua, assembléias e audiências públicas no intuito de mostrar que essa reforma é desnecessária e os argumentos que a sustentam são mentirosos. Nesta semana Warley se reuniu com representantes das federações estaduais e associações filiadas para distribuir diversos materiais publicitários denunciando "os traidores do povo que ousarem votar contra os aposentados".

Para a entidade, é hora de pressionar os parlamentares da Câmara e do Senado. "Enviem e-mails aos parlamentares em Brasília. Liguem em seus escritórios. Pressionem os políticos sem dó. O futuro das gerações vindouras está nas mãos de 513 deputados federais. Utilizem todas as ferramentas (...) não pode haver trégua. Vamos juntos vencer essa guerra. A verdade está do nosso lado", conclamou o presidente da COBAP.

A entidade vem denunciando que as campanhas mais recentes do governo não passam de falácias, são mentirosas, além de ser um desvio de verba enorme somente para enganar a população – afinal, um governo que tanto se preocupa em "enxugar" os gastos não deveria gastar mais de R$ 100 milhões com propaganda (ver matéria na edição anterior).

Segundo Warley, a campanha publicitária mentirosa do governo não é o único absurdo. O governo também ignora completamente os resultados da CPI da Previdência, organizada no Senado Federal ao longo de vários meses para apurar a necessidade da reforma e os argumentos para realizá-la.

"Uma porção de especialistas e técnicos foram ouvidos, gente defendendo os dois lados, contra e a favor da reforma, e chegaram à conclusão de que o déficit que alardearam por aí não existe até 2015. O pouco que existiu foi fabricado pelo governo com essa crise em 2016, e há bilhões de reais que sonegaram de imposto que é devido à Previdência. Só a JBS deve, sozinha, R$ 2,39 bilhões e a quadrilha de Temer ainda tem a cara de pau de dizer que o aposentado que ganha um salário mínimo é o privilegiado".

Para Warley, a pressão nos deputados e senadores cumpre um papel importante nessa próxima semana, uma vez que é de conhecimento geral que não se votam estes tipos de lei às vésperas de uma eleição. A reforma da Previdência aumenta para 40 anos o tempo de contribuição necessária para que o cidadão tenha direito à aposentadoria integral, e ainda impõe o limite da idade mínima de 65 anos para os homens, e 62 para as mulheres. Como se não bastasse, a aposentadoria por tempo de contribuição mínima, 15 anos, daria direito a apenas 50% dos vencimentos.

Tudo isso num país em que a maioria das pessoas tem dificuldade de comprovar 15 anos de contribuição, que é a regra atual para a aposentadoria por tempo de contribuição. Quem é que trabalha por 15 anos ininterruptamente, com carteira assinada, ainda mais nessa crise? Exigir 40 anos de contribuição é condenar o trabalhador a viver a velhice na miséria.

Vale lembrar também que hoje, sem a idade mínima, dois terços da população se aposenta recebendo apenas um salário mínimo. E é essa mesma população que vai às urnas no próximo ano. Ou seja, votar a favor dessa aberração de reforma é, na verdade, um "suicídio político", como apontou a Cobap.

"Eles apertam, apertam, achando que tudo vai passar, que eles podem assaltar o povo desse jeito, mas vai chegar uma hora que o povo não vai mais agüentar. A coisa está muito feia, e nós não vamos esquecer (...) tudo que fizemos contra essa reforma foi importante, seja manifestações de ruas, panfletagens, pressão nos gabinetes, entrevistas ou simples postagens na internet. Mas agora é hora de intensificar essa guerra, reunir todas as forças e partir para o enfrentamento direto", disse Warley.

Funcionários e pacientes fazem protesto em defesa do HU-USP

Os moradores do bairro do Butantã na zona oeste da capital paulista, em conjunto de estudantes de medicina, médicos, enfermeiros e funcionários do Hospital universitário da Universidade de São Paulo (HU-USP) irão realizar um "Abraço" no HU-USP como protesto contra o sucateamento da unidade hospitalar, na próxima quinta-feira, 24. Sem novas contratações de médicos, o setor de pediatria do Hospital Universitário da USP fechou as postas na terça-feira.

A mobilização conta com a participação ativa dos estudantes de medicina que estão em greve deste de o dia 13 deste mês contra o desmonte do HU-USP, que é usado por eles nas aulas teóricas e no período de residência. "A qualidade do ensino e assistência do HU foi construída com tempo. Isso só foi possível pela presença do corpo clínico permanente, que infelizmente começou a ser precarizado e desmontado com os Programas de Demissões Voluntárias da USP nos últimos anos", denunciam os estudante.

Na quarta-feira, 22, centenas pessoas participaram da audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) sobre a crise do hospital universitário, que culminou no fechamento do pronto-socorro infantil. Durante o evento, manifestantes reivindicaram, entres as diversas pautas apresentadas: A não desvinculação do HU, o aumento imediato de verbas do Governo do Estado e do SUS para o financiamento do da unidade hospitalar, a contratação imediata pela USP de profissionais para restabelecer o pleno funcionamento do HU, a criação de um Conselho Gestor de Saúde que possibilite a participação plena dos moradores da região, usuários, estudantes, trabalhadores do HU e da USP, com a função de acompanhar e fiscalizar os recursos do SUS destinados ao hospital.

Estivadores reelegem Nei: "pela garantia de trabalho e direitos"

Os estivadores reelegeram no início deste mês (10), Rodnei Oliveira da Silva, o Nei, para presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos e Região (Sindestiva). A chapa 1, comandada por Nei recebeu 1.342 dos votos da categoria, enquanto o outro candidato, da chapa 2, Adde Luiz dos Santos Andrade, o Pitica, teve 870. Votos bancos 22 e nulos 19. Mais de 5 mil trabalhadores, da ativa e aposentados, estavam aptos a participar da eleição.

Segundo Rodnei, "nossa prioridade é manter a luta e a resistência", disse ao afirmar que uma das metas de seu mandato é garantir trabalho e direitos aos estivadores avulsos, que trabalham via Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo).

Ente outras demanda a serem alcançada pela categoria é a ampliação de acordos diretos do sindicato com terminais privados e públicos e liberação de novos cadastros (senhas novas do sindicato) para trabalho em todo o Porto de Santos. Além da busca pela manutenção do plano de saúde e do atendimento dentário aos associados e dependentes em Santos e Vicente de Carvalho.

Fonacate

Fórum dos servidores aprovou campanha contra ofensiva do governo

Servidores: 'Privilégio é ter foro privilegiado. É se aposentar aos 55 anos com R$ 50 mil'

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) – entidade que reúne federações da Fiscalização Federal do Trabalho, Gestão Pública, Comércio Exterior, Segurança Pública, Diplomacia, Advocacia Pública, Defensoria Pública, Magistratura, o Ministério Público, dentre outras – se reuniu nesta terça-feira, 21, e aprovou uma forte campanha contra a ofensiva do governo para realizar o maior roubo à aposentadoria já visto no país com a chamada "reforma" da Previdência.

A mobilização vem em resposta à campanha milionária que o governo federal começou a divulgar na última semana de que a reforma da Previdência é para "acabar com privilégios".

"Privilégio é ter foro privilegiado", rebateu o presidente da Anafe (Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais), Marcelino Rodrigues. "Privilégio é presidir um país sem ter sido legitimamente eleito", enfatizou o presidente do Fonacate, Rudinei Marques. "Privilégio é se aposentar aos 55 anos e ganhar mais de R$ 50 mil", afirmou o diretor do Sindifisco, Cláudio Bomtempo.

Assim como a Confederação Nacional dos Aposentados, a Cobap (ver matéria nesta página), o Fórum também abriu guerra contra a "reforma" da Previdência e organizará diversas ações contra o projeto. Nos últimos dias, o governo intensificou a compra de votos, com a liberação de milhões em emendas parlamentares e reuniões às escuras com deputados, para tentar aprovar a qualquer custo a reforma na primeira semana de dezembro.

Em resposta, os servidores estão convocando uma manifestação em Brasília no próximo dia 28 e também mobilização no dia 6 de dezembro. "Não podemos permitir mais uma retirada de direitos dos cidadãos brasileiros. O governo marcou para o dia 6 de dezembro a votação da reforma da Previdência. Vamos investir em mensagens para alertar aos parlamentares que se votarem na reforma, não voltarão ao Congresso. O ano eleitoral está logo ali e o eleitor não tem memória curta como eles pensam", enfatizou o presidente Rudinei. "É hora de mostrar unidade e força ou esse governo acabará com o serviço público de qualidade desse país", concluiu o dirigente.

HP ESPORTES

VALDO ALBUQUERQUE

Com gol de Cícero, Grêmio sai na frente

Libertadores: Grêmio vence e está a um empate do título

Com gol de Cícero, o Grêmio venceu o Lanús (Argentina) por 1 a 0 em Porto Alegre e ficou a um empate da conquista do seu terceiro título da Taça Libertadores.

Com a partida bastante disputada, o técnico Renato Gaúcho mandou a campo no segundo tempo Jael e Cícero e as trocas de jogadores deram resultado. Após lançamento de Edílson, o centroavante tocou de cabeça e o meia mandou a bola para a rede de Andrada, para a alegria dos mais de 55 mil torcedores presentes no estádio. Os jogadores gremistas ainda reclamaram de dois pênaltis não marcados sobre Ramiro e Jael, este no último lance do jogo.

Mais uma vez o goleiro Marcelo Grohe fez a diferença e operou pelo menos dois milagres em lances de Martínez e Braghieri. Os gremistas estão chamando seu goleiro de Milagrohe, que desbancou o goleiro inglês Gordon Banks, ao fazer a defesa mais espetacular de todos os tempos, ao parar o atacante Ariel, do Barcelona, Equador, em tiro a 1 metro de distância.

Na final da Libertadores não há gol qualificado. Portanto, basta um empate para o Tricolor gaúcho levantar o caneco. Qualquer derrota gaúcha por um gol de diferença, a decisão vai para os pênaltis.

Rio: funcionários de supermercado se revoltam contra redução no salário pós reforma trabalhista

Os trabalhadores de uma das maiores rede de supermercados do Rio de Janeiro, o Mundial, começaram a sentir os efeitos da reforma trabalhista de Temer. A categoria decretou "estada de greve" na semana passada (13), contra cortes no pagamento de salários, que chegaram a R$700.

Rafael Rodrigues/Comerciários

Assembleia aprovou estado de greve no mercado

A primeira revolta ocorreu na zona norte da capital fluminenses, quando, no início do mês, duas meninas que trabalham no caixa registrador pararam de trabalhar em protesto contra a falta do pagamento de horas extras. A empresa, na época, passou a seguir um decreto presidencial assinado três semanas após a sanção da reforma trabalhista. O decreto tornou a atividade dos supermercados essencial, ou seja, as empresas não são mais obrigadas a pagar 100% de hora extra por domingos e feriados. "Primeiro eles cortaram as horas extras pela metade, disseram que era para a gente se adaptar. Mas em seguida cortaram tudo", denunciaram funcionários.

Diante da reclamação das funcionárias, um gerente começou a anotar o nome das duas caixas como forma de coagir o protesto, porém, outras caixas apoiaram o movimento e cruzaram os braços. Em poucos minutos todos os setores do supermercado pararam. A mobilização destes trabalhadores encorajou funcionários de outras unidades em Copacabana, na Tijuca, na Freguesia e Botafogo. "De início, a gente só queria 15 minutos de atenção para eles verem que a gente não estava dormindo. Não imaginávamos que teríamos toda essa repercussão", contaram funcionárias que não quiseram se identificar.

Em uma reunião de mediação na Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego (SRTE) no Rio, realizada no dia 16, o Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro apresentou as reivindicações da categoria. Além da volta do pagamento das horas extras, eles pedem o fim do acúmulo e do desvio de função, reenquadramento das caixas como "operadoras de caixa" ao invés de "atendentes", concessão de pausa para lanche também para os trabalhadores de frente de loja, entre outras pautas.

Maia volta a defender extinção da Justiça do Trabalho: 'Talvez não seja mais necessário', disse

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM -RJ), afirmou no início desta semana, 20, em um evento realizado na capital Gaúcha, que, com a reforma trabalhista, "talvez" não seja mais necessário um grande número de juízes do Trabalho no Brasil.

No dia seguinte a seu discurso, Maia se reuniu com o presidente da Associação dos Juizes do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, que cobrou do parlamentar a supostas ameaças de extinção da Justiça do Trabalho. Maia, naturalmente conhecido por seus colegas na Câmara por afrontar ostensivamente as convenções e conveniências morais e sociais, ou seja, um completo cínico - tratou de dizer que a extinção da Justiça Trabalhista "não é um tema que está na pauta e não haverá pauta para isso". Ele disse ainda que se alguma movimentação do tipo chegar à Câmara, todos os envolvidos serão consultados e o tema será amplamente debatido, antes de qualquer ação.

Não é de hoje que Rodrigo Maia ataca os juristas do trabalho. Rodrigo Maia, de forma descabida, afirmou no mês de maio que a Justiça do Trabalho "não deveria nem existir".

Comitê denuncia ameaças à vida dos opositores hondurenhos Rafael e Gilda

O Comitê de Familiares de Detidos e Desaparecidos de Honduras (Cofadeh) denunciou na última segunda-feira que está se preparando um atentado contra as vidas do coordenador da Via Campesina, Rafael Alegria, e Gilda Silvestrucci, jornalista e correspondente da TeleSul no país centro-americano.

O alerta oficial foi feito em conferência de Imprensa pela dirigente camponesa Berta Oliva, frisando que esta é uma campanha suja que visa deter o triunfo da oposição a Juan Orlando Hernández - que busca a reeleição em 26 de novembro - pois ambos são lutadores sociais e candidatos a deputado pelo Partido Liberdade e Refundação (Libre), de Xiomara Castro, que concorrerá à presidência.

Alegria, que encontra-se obrigado a viver em situação de semi-clandestinidade, responsabilizou o governo de Juan Hernández por qualquer agressão ou atentado que venham a sofrer. Ele há anos vem sendo alvo de uma série de agressões físicas e morais por parte de mercenários pró-Estados Unidos.

Diante da sucessão de atentados sofrida por Alegria, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da ONU decidiu em 2 de julho de 2009 ampliar a Medida Cautelar 196-09 para proteger sua vida e integridade, assim como de alguns dirigentes. Nada foi feito.

Em 11 de agosto de 2009, à meia noite, um veículo cabine dupla abriu fogo em três ocasiões com armas de grosso calibre contra pessoas que estavam alojadas no interior do escritório da Via Camponesa de Honduras, em Tegucigalpa. Nos dias seguintes um desconhecido, portando arma de fogo, tentou ingressar no prédio no momento da reunião dos coordenadores.

Em 26 de janeiro de 2016, as instalações da Via foram alvejadas de madrugada. Pelo menos 11 tiros alcançaram o portão principal da organização.

Diante da crescente tensão às vésperas das eleições, a Cofadeh exorta o povo hondurenho para que não se intimide e descortine um novo tempo com segurança e liberdade. Os movimentos sociais apelam ainda à comunidade internacional para que amplie a pressão sobre o presidente Juan Hernández, a fim de que cesse as intimidações e ameaças.

Rússia, Irã e Turquia articulam encontro pela paz na Síria

Vladimir Putin, presidente da Rússia, recebeu nesta quarta-feira (22) em Sochi, cidade turística russa às margens do Mar Negro, os Presidentes do Irã e da Turquia para um encontro de grande importância para a efetivação do processo de paz na Síria.

Dois dias antes Putin havia recebido também em Sochi o Presidente da Síria, Bashar Al Assad.

Putin, responsável em grande parte pela vitória do governo sírio contra o Estado Islâmico e grupos de "oposição" e mercenários terroristas sustentados por EUA e Arábia Saudita, mediou o debate entre Hassan Rouhani, Presidente do Irã e Taiyp Erdogan, Presidente da Turquia em reunião na qual os três presidentes acordaram lançar uma grande ofensiva diplomática para finalmente acabar com a guerra na Síria e a apoiar a proposta russa de realização também na cidade de Sochi do Congresso do Povo Sírio.

O Presidente da Rússia quer que o congresso do povo sírio inicie um diálogo paralelo a um processo de discussão da paz patrocinado pela ONU que acontecerá em Genebra.

À imprensa e ao lado de Rouhani e Erdogan o presidente da Rússia afirmou que "o Congresso do Povo Sírio examinará questões chaves na agenda nacional da Síria. Em primeiro lugar está a elaboração de um quadro para a futura estrutura do Estado, a adoção de nova constituição e, com base nisso, realização de eleições sob supervisão da ONU."

Logo após a reunião em Sochi, o Presidente do Irã declarou à imprensa que "a importante reunião entre os presidentes da Rússia, do Irã e da Turquia deve preparar o caminho para um congresso de diálogo nacional sírio sobre o futuro do Estado árabe. O congresso do povo sírio em Sochi vai se realizar entre dois importantes eventos pois se realizará depois das recentes vitórias chaves contra o Estado Islâmico na Síria e Iraque e precede um outro congresso planejado pela ONU para conversações sobre o futuro da Síria. É importante que nessa reunião levemos a cabo consultas sobre esse congresso que sem dúvida será benéfico para os interesses do povo sírio", afirmou Hassan Rouhani.

Rouhani também expressou o desejo de que a declaração final da reunião de Sochi, realizada exatamente depois da iniciativa dos três países em propor em Astana o cessar fogo na Síria, prepare o terreno para um bom futuro para a Síria e sublinhou que "o destino do país árabe deve ser decidido apenas pelo povo sírio, não por partes estrangeiras."

Nas últimas 48 horas as televisões estatais sírias transmitiram imagens de soldados fazendo o sinal da vitória depois de expulsarem o Estado Islâmico de Abu Kamal, na fronteira leste com o Iraque, última cidade que ainda estava sob a dominação terrorista na Síria. Em Damasco a vitória também foi bastante comemorada. No norte da Síria ainda resiste ao governo do país um grupo de "oposição" sustentado e financiado pelos EUA.

Um dos responsáveis da ONU pela organização do congresso sírio em Genebra participou também nesta quarta (22) em Riad na Arábia Saudita de uma reunião de grupos de oposição ao governo sírio que sob os auspícios do rei saudita e apoio dos EUA se articulam para frustrar o acordo de paz. Querem derrubar Bashar Al Assad. Mas o presidente sírio é o líder indiscutível do povo sírio que derrotou o Estado Islâmico e o terrorismo nessa conflagrada região do Oriente Médio.

Por outro lado, Putin está seriamente comprometido em fazer a paz garantindo um bom futuro para a Síria, para isso, além de buscar muitos importantes apoios, após conversar com Assad, fez contato com Washington e Telavive.

A vitória será do povo sírio. Os refugiados involuntários que perambulam famintos pela Europa em busca de um exílio que lhes é negado poderão ter novamente sua pátria para reiniciar a construção de suas vidas destruídas pela guerra e a ganância imperialista.

ROSANITA CAMPOS

União Africana condena "ultrajante comércio de migrantes na Líbia"

Reuters

Refugiados lotam campos de concentração e mercados de escravos na Líbia

O presidente da UA, Alpha Conde, rechaçou "esta desprezível prática de outra Era" que ocorre desde a devastação perpetrada pelos Estados Unidos com a finalidade de derrubar o governo soberano de Kaddafi

Manifestantes, em sua maioria imigrantes africanos, se concentraram no sábado, 18, diante da embaixada da Líbia em Paris para protestar contra o comércio escravo de migrantes detidos em sua passagem pelo país que foi devastado por ataque norte-americano que acabou com o assassinato do líder líbio, Muammar Kaddafi e transformação do mais próspero dos países africanos em uma terra sem lei onde porções de território – inclusive as que produzgem petróleo - são disputadas entre facções armadas.

"Temos que nos mobilizar", declarou um dos manifestantes, outro conduzia um cartaz com os dizeres "Não à escravidão na Líbia".

Os manifestantes atravessaram a avenida Champs Elysées e quando começaram a entoar, "Fim da escravidão e campos de concentração na Líbia!" e "Libertem nossos irmãos!", foram dispersados a bombas de gás lacrimogêneo pela polícia parisiense.

O presidente da União Africana, Alpha Conde, exigiu o fim "ultrajante e desprezível comércio de migrantes que está ocorrendo na Líbia", e acrescentou que condena "firmemente esta prática de outra Era".

Também alertou que as condições de detenção de migrantes que tentam atravessar o país para chegarem à Europa nas arriscadas travessias pelo Mediterrâneo não são admissíveis. Os migrantes detidos pela guarda costeira – agora financiada pela Itália e outros países europeus – são muitas vezes levados a celas exíguas, sob calor intenso com pouquíssima água e parco alimento.

Disse ainda que "estas práticas de escravatura dos tempos modernos têm de acabar e a União Africana usará todas as ferramentas ao seu dispor" para que tal aconteça. Para isso, afirma, é necessário agir rapidamente e identificar todos os criminosos e cúmplices e entregá-los à justiça.

As imagens de jovens africanos a serem vendidos num leilão público na Líbia, captadas e difundidas pela CNN, chocaram o mundo. Nessas imagens podiam ver-se compradores do norte de África a pagarem perto de 400 dólares por estas pessoas para usá-las como mão-de-obra escrava em trabalhos agrícolas. Estes leilões, segundo a equipe de reportagem, ocorreram em nove locais do país.

Outra forma de auferir lucros pelos traficantes é obrigar os detidos a ligarem para familiares dizendo que estão apanhando e sofrendo todo tipo de mau trato e pedir dinheiro para serem liberados do cativeiro.

O secretário-geral da ONU António Guterres, declarou que está "horrorizado" com as notícias de imigrantes africanos a serem vendidos como escravos.

Guterres acrescentou que "não há lugar no mundo para tais ações que estão entre aos mais sórdidos abusos aos direitos humanos e podem chegar a crimes contra a humanidade". Não deixa de ser uma concessão grave achar que tal estupidez "pode" se configurar crime contra a humanidade. Além disso, ao condenar o comércio de escravos, o secretário-geral da ONU se esquece que foi uma aprovação infeliz no Conselho de Segurança da ONU criando as chamadas "zonas de exclusão aérea na Líbia" que foram utilizadas pelos EUA e satélites da Otan para bombardear a Líbia.

A ONU anuncia que mobilizou o seu Alto Comissariado dos Direitos Humanos, o escritório da ONU para o combate às drogas e ao crime, o enviado da entidade à Líbia, Ghassan Salame e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) para "a tomada de ações", segundo informa a secretária-geral adjunta da ONU, Amira Haq.

O presidente de Burkina Faso, Marc Christian Kabore, chamou de volta o seu embaixador em Tripoli e se declarou "chocado com as imgarens da reportagem da CNN". O governo do Senegal expressou seu "ultraje com a venda de migrantes da região sub-saariana em solo líbio, "um flagelo de agressão à consciência humana. O presidente da Nigéria, "Mahamadou Issoufou" declarou que as informações o deixaram "profundamente irado" e exigiu que as organizações internacionais e equipes líbias façam "tudo o que for possível para parar esta prática".

"É uma situação terrível", afirmou Mohammed Abdiker, diretor de Operações e Emergências da OIM. "Quanto mais adentramos no interior da Líbia, tomamos conhecimento de que se trata de um vale de lágrimas para muitos migrantes. Alguns informes são verdadeiramente horripilantes e estes últimos sobre os mercados de escravos para migrantes podem ser adicionados a uma longa lista de ultrajes".

NATHANIEL BRAIA

Equipes com tecnologia de ponta buscam submarino argentino

STELLA CALLONI*

Um operativo de busca nacional e internacional, que inclui mais de 15 navios, 10 aviões e diversas equipes com tecnologia de ponta, foi implantado com a finalidade de encontrar o submarino da Marinha argentina ARA San Juan, na zona do Golfo San Jorge, em águas do Atlântico sul, onde está perdido há oito dias, enquanto aumenta o desespero por encontrá-lo antes de que acabe a reserva de oxigênio.

Em um novo comunicado de imprensa, a Armada informou que ainda não há rastros do submarino, e o capitão Enrique Balbi explicou que uma balsa que foi avistada e dois foguetes sinalizadores brancos não são do ARA San Juan, mas assegurou que perseguem o rastro de uma possível segunda balsa, desde onde poderiam ter sido ativadas luzes de emergência.

Balbi informou que há cinco navios rastreando uma área de 20 quilômetros quadrados, e que se somaram três destróieres com som ativo e passivo que se movimentam pela rota encetada pelo submarino. Também entrou em ação a corveta Espora, com o apoio de fotografias de satélite fornecidas pela Comissão Nacional de Atividades Espaciais.

Balbi sustentou que não perde a esperança, porém lembrou que estamos no sexto dia de oxigênio (terça-feira).

O ARA San Juan, com 44 marinheiros, pertence ao Comando da força de submarinos da Armada argentina, e sua última posição conhecida é na zona do Golfo San Jorge, mais de 400 quilômetros ao sul da península de Valdés. Alemanha, Colômbia Peru e Uruguai se somaram à busca, enquanto o Estado Maior conjunto das Forças Armadas argentinas, comandado pelo tenente-general Bari del Valle Sosa, colabora com a Marinha e o Ministério de Defesa.

Ao esforço, integrou-se um grupo interdisciplinar para apoiar os familiares, cujo desespero aumenta na medida em que passam as horas.

O esquadrão de resgate de submarinos da Marinhados Estados Unidos, que chegou há dias a Comodoro Rivadavia, na província de Chubut, porá em ação um mini -submarino, um acampamento de resgate e um submersível remoto para inspeção ocular. Sob controle estadunidense, o barco norueguês Skandi Patagônia, que zarpou esta terça-feira, leva quatro robôs submersíveis e uma cápsula de resgate. A nave esteve na terça-feira na zona de busca, quando as condições meteorológicas permitiram as tarefas de rastreio.

Não há antecedentes de um operativo como este, embora a Marinha dos Estados Unidos costuma fazer simulações. Há pouco mais de um mês se realizou um exercício de resgate de submarinos reunindo Chile e Estados Unidos. E nesta data estavam programadas as manobras militares Cormorán nessa zona do Atlântico sul entre Estados Unidos e a Marinha da Argentina.

O preocupante é que há informações contraditórias e de que esta situação trágica pôs em evidência a presença não informada ao país de tropas e cientistas norte-americanos, como os que estão na Terra do Fogo. Da mesma maneira há preocupação pela chegada de dois aviões Galaxy que usados para transportar grandes equipamentos.

O presidente Macri visitou na terça-feira a sede da Marinha para informar-se sobre a situação do submarino. O mandatário esteve no final de semana em Mar del Plata e visitou a base à que deveria ter chegado o submarino, saudou familiares dos marinheiros e depois foi ao hospital do local para fazer uma consulta sobre uma lesão no tornozelo provoccada quando jogava tênis.

Enquanto isso acontece no sul, na capital e no interior do país se preparam marchas contra as reformas trabalhista, da previdência e tributária, que unidas aos 'tarifaços' dos serviços públicos são rechaçadas por 80% da população, de acordo com pesquisas.

22 de novembro de 2017

**Correspondente argentina do jornal La Jornada do México*

EUA e Inglaterra fomentaram golpe contra Mugabe

GREGORY ELICH*

O conflito dentro do partido de libertação do Zimbábue (ZANU-PF), explodiu em um golpe militar que tomou o controle do governo e da mídia estatal na semana passada. O golpe foi liderado pelo Comandante das Forças de Defesa do Zimbábue, Constantino Chiwenga, alinhado com o ex-vice-presidente Emmerson Mnangagwa.

Mnangagwa manobrou para garantir que ele próprio suceda o presidente. Mnangagwa servia como um dos dois vice-presidentes do Zimbábue. Foi a partir dessa posição que ele e seus aliados, o Team Lacoste, se envolveram na luta contra os membros mais jovens do partido alinhados à Secretária de Assuntos da Mulher, Grace Mugabe, esposa do presidente, e cujo grupo era conhecido como Geração 40 ou G40.

Já em 2015, Mnangagwa se aproximou do líder da oposição, Morgan Tsvangirai, para discutir planos para implementar um governo de transição de cinco anos, no qual ambos desempenhariam a liderança. A Reuters obteve centenas de documentos internos da Organização Central de Inteligência do Zimbábue que revelam o plano: "Quatro pessoas implicadas diretamente com as discussões relacionadas à coalizão de transição pós-Mugabe", indicaram que a embaixadora britânico no Zimbábue, Catriona Laing, favoreceu "para que Mnangagwa sucedesse Mugabe".

Em uma reunião explosiva do Comitê Central, no dia 19 de julho, o Ministro do Ensino Superior, Jonathan Moyo, transmitiu um vídeo comprometedor expondo os planos de Mnangagwa. O vídeo o acusava de "trabalhar sistematicamente contra o presidente Mugabe na tentativa, inconstitucional e criminosa, de suceder o presidente. Esse objetivo foi esboçado em documento publicado em 2015, sob o titulo de Blue Ocean".

Líderes da luta contra o apartheid Mugabe, Nelson Mandela e Sam Nujoma da Namíbia

Moyo disse que Mnangagwa respondeu ao vídeo "fazendo uma declaração chocante, no sentido de que as pessoas que fizeram intervenções similares a minha apresentação, no dia 19 de julho, teriam 'a cabeça decepada de seus ombros'". Moyo continuou: "ele me ameaçou com assassinato".

Em resposta, Moyo apontou que Mnangagwa não abordou nenhuma das denúncias levantadas por ele durante sua apresentação, onde expôs o plano de Mnangagwa para derrubar o governo. Como as evidências da deslealdade eram abundantes, no dia 9 de novembro, Mnangagwa foi expulso do partido e retirado da vice-presidência.

Porém, o general Chiwenga não demorou muito para cumprir sua ameaça de lançar um golpe militar. A inteligência militar inviabilizou a busca de acabar com a revolta, permitindo que Chiwenga evitasse a prisão. Na capital Harare, tanques circulavam, tomando o controle dos pontos-chave. Tiros foram ouvidos por toda a cidade, à medida que os militares caçavam e prendiam os partidários de Mugabe e os membros do G40.

Como uma fonte informou: "as tropas chegaram à casa do ministro Kasukuwere e a bombardeou por cerca de dez minutos. As famílias então escaparam para a casa de Mugabe. A casa de Moyo também foi invadida por soldados". O secretário de Assuntos da Juventude, Kudzai Chipanga, e sua esposa foram forçados a se despir em uma delegacia de polícia [como pena por criticar Chiwenga]. Ele foi severamente espancado e o forçaram a pedir desculpas públicas pelas denúncias contra Chiwenga relacionadas ao golpe.

O exército queria instalar Mnangagwa como presidente, e Mugabe não estava colaborando. O golpe estava em gestação, as discussões entre o exército e a oposição estavam em andamento nos últimos meses. Após o golpe, Mnangagwa retornou ao Zimbábue e começou a se preparar para estabelecer um governo de transição sob sua liderança.

Às autoridades ocidentais interessam um governo de transição que adote políticas econômicas em seu beneficio. "É a transição para uma nova era para o Zimbábue", afirmou o secretário de Estado adjunto dos Assuntos Africanos dos EUA, Donald Yamamoto. Um porta-voz da União Européia anunciou que está "comprometido com a preparação de eleições confiáveis e de reformas políticas e econômicas".

* Principais trechos da matéria "O que há por trás do golpe militar no Zimbábue?" publicada originalmente no site Counterpunch

Líbano: Hariri retorna e participa das solenidades de independência

O primeiro-ministro do Líbano, Saad Hariri, participou ao lado do presidente do país, Michel Aoun, das solenidades do dia da Independência do Líbano, na quarta-feira.

A participação de Hariri no evento aconteceu depois de uma ingerência que levou o presidente a afirmar que Hariri estava em cativeiro na Arábia Saudita.

O premiê ficou 10 dias em silêncio na capital saudita, Riad, depois de ter anunciado sua renúncia desde lá e de ter afirmado que sofrera "ameaças de morte".

O presidente Aoun atuou em conjunto com Hassan Nasrallah, líder do partido patriótico libanês, o Hezbollah e comandante da guerrilha na libertação do sul do Líbano da invasão israelense e na ajuda à Síria para expulsar os terroristas financiados pelos Estados Unidos e Arábia Saudita. Enfrentaram uma clara provocação com a finalidade de, em um primeiro momento, desestabilizar o governo libanês de coalizão e, depois, provocar um atrito que poderia degenerar em uma guerra Israel/Líbano com nova invasão como as de 1978 e 2006.

Aoun, denunciou, após 12 dias que "considerava o premiê detido na Arábia Saudita" e, além disso, declarou que não aceitava a renúncia de primeiro-ministro libanês formulada a partir de uma capital no exterior. Já Nasrallah, do Hezbollah, exigiu o livre retorno de Hariri ao Líbano e proclamou que mantê-lo forçadamente em Riad, era "uma declaração de guerra ao Líbano".

Foram feitas vigílias na porta da residência de Hariri pedindo seu retorno.

Depois disso, uma gestão do presidente da França, Emmanuel Macron, acabou trazendo o premiê a Paris. De lá, Hariri viajou ao Cairo de onde partiu de volta a Beirute. Em declaração à imprensa, o premiê afirmou que suspendia a renúncia a pedido do presidente Aoun para que o debate sobre a unidade libanesa pudesse prosseguir.

"Apresentei minha renúncia ao presidente e ele me pediu que aguardasse. Respondi afirmativamente a seu pedido", disse Hariri, que destacou que o gesto era um apoio "à estabilidade e arabismo do Líbano".

Foi desmontada a armação saudita de desestabilização do Líbano e tentativa de sabotar a articulação libanesa e síria contra o terrorismo e de um leque de alianças livre do projeto imperialista, incluindo ações conjuntas Rússia e Irã e mais recentemente a Turquia.

Casa Branca decide expulsar 50 mil refugiados haitianos

AFP

Terremoto que atingiu o Haiti há quase 8 anos deixou 1,5 milhão sem moradia

Relatório da ONU em janeiro diz que 2,5 milhões de haitianos precisam de ajuda humanitária devido ao terremoto de 2010. Xenófobo Trump mente para cassar "proteção temporária" aos refugiados

O governo Trump anunciou que não vai renovar o status de proteção temporária (TPS) para mais de 50 mil haitianos com residência legal provisória nos EUA, o que se deve segundo a Homeland (Secretaria de Segurança Interna) "aos notáveis progressos realizados desde o terremoto de 2010 no Haiti" – e não, como quase todo mundo acredita, ao agravamento da xenofobia e racismo na Casa Branca.

Antes dos haitianos, 5.000 nicaraguenses nessa condição já foram avisados que começarão em breve a serem caçados pelos esquadrões armados da imigração e, quanto a 85 mil hondurenhos, a decisão ficou adiada para julho de 2018. Estima-se que são mais de 300 mil imigrantes nessa condição.

18 MESES

Os refugiados haitianos terão 18 meses, até à data final de expulsão, dia 22 de julho de 2019, declarou a secretária interina do órgão, Elaine Duke. Conforme a Homeland, as "condições causadas pelo terremoto de 2010 não existem mais" e quase 98% dos campos de pessoas deslocadas no terremoto do Haiti encerraram as atividades.

Duke também asseverou que "foram tomadas medidas significativas para melhorar a estabilidade e a qualidade de vida dos cidadãos haitianos" e que o Haiti "tem como receber com segurança os cidadãos devolvidos".

A TPS foi criada por uma legislação promulgada nos anos 1990 para cobrir imigrantes incapazes de retornar aos seus próprios países por causa de conflitos armados e desastres ambientais. Tinha que ser renovada a cada 18 meses – por registro -, o que vem ocorrendo ao longo das duas últimas décadas.

No entanto, a TPS só se aplica aos que já estavam nos EUA no momento da designação e exclui aqueles que fugiram das mesmas condições depois. Trata-se de um status precário: o imigrante legalizado provisoriamente pode trabalhar e tem de pagar os impostos, mas não recebe qualquer benefício federal.

Também não há qualquer mecanismo para obter a residência permanente, nem como trazer os parentes deixados para trás. Qualquer imigrante provisório que seja condenado por um crime ou por dois delitos menores, é imediatamente privado da TPS.

As afirmações da Homeland sobre a situação no país mais pobre das Américas são cínicas e completamente falsas. O Haiti ainda luta para superar a devastação provocada pelo terremoto de 2010, pelo furacão Matthew de 2016, pela epidemia de cólera, pela "ajuda" intermediada pelos Clintons e pela intervenção estrangeira, depois de décadas de Papa Doc e da ocupação ianque no início do século passado.

Relatório de janeiro da ONU afirmou que 2,5 milhões de haitianos ainda precisam de ajuda humanitária. O terremoto de 2010, de magnitude 7.0, matou 316 mil pessoas e feriu 300 mil. Mais de 1,5 milhão de pessoas tiveram de deixar suas casas. 80% das moradias rurais foram destruídas ou danificadas, empurrando centenas de milhares para as cidades, sob tendas improvisadas. Escolas e hospitais foram varridos do mapa. A reconstrução tem sido lenta e precária, sob a tirania das ongs estrangeiras.

O governo haitiano – eleito em um pleito com 20% de participação – pediu ao governo Trump que prorrogue a TPS. No depauperado Haiti muitos dependem do dinheiro remetido exatamente por esses imigrantes que agora Trump quer deportar. E mais: os haitianos com status TPS têm 27 mil filhos nascidos nos EUA com cidadania, conforme o diretor do Conselho Americano de Imigração, Royce Bernstein Murray. A decisão de deportar vai lançar essas famílias no desespero.

De acordo com pesquisa do Centro de Estudos de Migração, mais de metade dos que são de El Salvador e de Honduras e 16% dos do Haiti, estão nos EUA há 20 anos ou mais, enquanto 68 mil deles - 22% - chegaram antes dos 16 anos de idade. Quase 30% pagam hipotecas de suas casas. Segundo analistas, assim como no caso do fim do programa dos "Sonhadores" – que autorizava legalização provisória daqueles que chegaram aos EUA na infância e adolescência -, o ataque aos refugiados status TPS visa servir de moeda de troca para Trump arrancar mais dinheiro para seu execrado muro na fronteira com o México.

ANTONIO PIMENTA

Setor antitruste dos EUA contestará a fusão da AT&T com Time Warner

A divisão antitruste da Justiça dos EUA anunciou na segunda-feira (20) que irá bloquear a aquisição do conglomerado de mídia Time Warner pela gigante das telecomunicações AT&T. Tal fusão "significaria menos concorrência, maiores contas mensais de televisão e menos das novas e inovadoras opções que os consumidores estão começando a desfrutar", advertiu o procurador-geral adjunto, Makan Delrahim, delineando a batalha judicial à frente.

Operadora gigante que engloba boa parte das antigas baby Bells – que foram o resultado da quebra em 1984 do monopólio original da telefonia nos EUA -, a atual AT&T divide com a Verizon e Comcast o controle da internet nos EUA e ainda controla a Direct TV (tevê a cabo). A Time Warner – cuja fusão anterior com a AOL (então a gigante da internet) foi um fiasco completo – compreende a HBO, a CNN e os estúdios Warner Bros.

A fusão de US$ 85,4 bilhões uniria o conteúdo da Time Warner com o serviço de internet e TV paga da AT&T. É também é vista como uma forma de resposta à ascensão do Netflix e do ingresso da Amazon na área de vídeo, bem como da primazia que vem assumindo Facebook, Google e Amazon. Mas para Delrahim, irá prejudicar o surgimento de novas opções de televisão on-line e dará à AT&T o poder de forçar as empresas concorrentes a pagar "centenas de milhões de dólares a mais" pelo conteúdo da Time Warner.

A AT&T veio a público reclamar que a decisão judicial, que irá contestar, "diverge do antigo precedente antitruste" – que era nas décadas recentes, como se sabe, carimbar todo tipo de fusão e de cartel. Aliás, no governo Obama, a operadora Comcast, não sofreu qualquer empecilho para abocanhar a geradora de conteúdo NBCUniversal.

"As fusões verticais como esta são rotineiramente aprovadas porque eles beneficiam os consumidores sem remover qualquer concorrente do mercado. Não vemos nenhuma razão legítima para que nossa fusão seja tratada de forma diferente", asseverou com candura o advogado geral da AT&T, David McAtee. Naturalmente, não é para beneficiar consumidores que se formam e inflam os cartéis e monopólios, mas para ter lucros extraordinários, impor preços e condições, dominar mercados.

Conforme a mídia, antes de partir para o processo antitruste a autoridade judicial tentou negociar acordo pelo qual a AT&T venderia a CNN ou a rede de satélites. Para ir adiante com a monopolização ameaçada, os porta-vozes da AT& T passaram a insinuar que está havendo "interferência política" e o executivo-chefe chegou mesmo a falar em um "elefante na sala", em referência a Trump.

Não é segredo para ninguém a briga da CNN com o então candidato Trump, que chegou a apelidá-la de "Clinton News Network", e considerá-la sede oficial das fake news. Ele chegou até mesmo em um discurso a prometer que o acordo AT&T-Time Warner não seria aprovado em um governo dele por ser "muita concentração de poder em poucas mãos". O que, gostando-se ou não de Trump, é a pura verdade. A.P.

'Reforma fiscal' de Trump corta as deduções de 12 milhões de universitários endividados

12 milhões de estudantes norte-americanos perderão na reforma fiscal de Trump as deduções a que tinham direito como subsídio ao juro no crédito estudantil, o que é sua parte nesse cálice, amargo para a imensa maioria e doce, muito doce, para magnatas e monopólios, aos quais essa 'reforma' transfere US$ 3 trilhões em dez anos. A dívida estudantil nos EUA já chegou a US$ 1,4 trilhão, superando até mesmo o endividamento com cartão de crédito e com financiamento de autos.

Conforme o texto recém aprovado na Câmara dos Deputados, e que ainda depende de decisão do Senado, está eliminada a pequena dedução de US$ 625 de subsídio ao pagamento de juros da dívida estudantil, a que tinha direito quem recebia menos de US$ 65.000 anual, ou casal com renda até US$ 130.000. Conforme estudo do Conselho Americano da Educação (ACE, na sigla em inglês), a reforma de Trump vai onerar os estudantes endividados em mais US$ 65 bilhões nos próximos dez anos.

O tempo médio que um estudante leva para pagar a dívida contraída para cursar uma universidade e obter um diploma de curso superior está alcançando os 20 anos. A cada dia, mais 3 mil pessoas ficam inadimplentes desse endividamento. Situação que deverá piorar o atual quadro em que milhões de jovens ao iniciar sua vida profissional e de cidadãos plenamente adultos se deparam com dívidas imensas e um futuro absolutamente incerto.

Assim como os lobistas transmutados de parlamentares não poupam esforços para deixar para os magnatas e monopólios as devidas brechas para a evasão fiscal, quando se trata de achacar a população, tentam não deixar passar nada. Assim, a 'reforma' exige que as isenções de mensalidade, que 145.000 estudantes de pós-graduação recebem em troca de trabalhar na universidade, frequentemente como assistentes de professores, passem a ser gravados como renda. Nas universidades com mensalidades mais caras, este encargo poderia equivaler ao triplo da remuneração que os pós-graduandos efetivamente recebem por seu trabalho.

Conforme a ACE, grande parte dos pós-graduandos sofreria um aumento de até 400% no imposto que paga. Mas não só os pós-graduandos: os empregados dessas instituições que recebam descontos ou uma bolsa se seus filhos estudam na universidade em que trabalham, também serão igualmente tosquiados, como se a bolsa fizesse parte de seu contracheque. Em conseqüência, não é difícil prever que muitos terão que deixar a universidade, e que cursos como medicina se tornarão ainda mais inacessíveis.

"Google deve apenas ajudar as pessoas a encontrar coisas, sem veto ou censura", afirma Robert Epstein

A política adotada pelo Google no sentido de "decidir o que as pessoas vêem" na internet é "muito perigosa", afirmou o psicólogo Robert Epstein em entrevista ao Sputnik News. Uma vez que trata-se de uma empresa de tecnologia, sob o ponto de vista jurídico, "não é legitimo que o Google possa exercer controle editorial" utilizando algoritmos para tornar o conteúdo da RT News e Sputnik, bem como de outros veículos, menos visíveis.

Para revista Science, durante entrevista em outubro, Epstein já tinha dito que "o Google pretende ser uma biblioteca pública, mas não é. As bibliotecas públicas não seguem as pessoas, não vendem os dados dos livros que você pegou emprestado. O Google deveria simplesmente ajudar você a encontrar coisas. Isso é o que precisamos. Precisamos fazer o mecanismo de busca do Google tornar-se público e funcional".

"Empresas como o Google e o Facebook jogam em ambos os lados: fingem ser objetivos, mas exercem um enorme controle editorial", uma "censura" sobre o que o público em massa acessa na internet, disse Epstein à Sputnik News . "Estamos falando de um meio de controle em escala massiva e sem precedentes na história humana", completou.

O controle editorial exercido pelo Google ganhou maior repercussão após Eric Schmidt, presidente executivo da empresa, comentar sobre a perseguição da empresa de busca contra sites como RT e Sputnik durante uma sessão no Fórum Internacional de Segurança da cidade de Halifax, no Canadá. "Estamos trabalhando na detecção e desqualificação no ranking desses tipos de sites, basicamente a RT News e o Sputnik. Estamos tentando um sistema de engenharia para evitar que esses conteúdos sejam entregues a amplas audiências".

Como exemplo do direcionamento exercido por empresas como o Google, o psicólogo Epstein cita um estudo que aponta que os resultados das pesquisas obtidos pelos buscadores da empresa podem ter beneficiado em 2,6 milhões de votos à candidata democrata, Hillary Clinton, durante as eleições norte-americanas de 2016.

7 mil nas ruas da Cidade do México em condições desumanas

Cerca de sete mil pessoas vivem em condições subumanas, dormindo sobre bancos, largados nos parques e debaixo de pontes da Cidade do México. Expostas à violência extrema, às drogas, à escravidão, exploração sexual e ao tráfico de órgãos, muito poucas conseguem sobreviver mais de sete anos depois que começam a pernoitar e perambular nas ruas da capital mexicana.

A face mais evidente da devastação econômica provocada pela dependência dos Estados Unidos, da degeneração social e da degradação moral de uma elite completamente colonizada, milhares de homens, mulheres, idosos e crianças desfilam como num filme de terror. Muitas pessoas que moram na rua desde os primeiros anos de vida, outras que sofreram a desintegração das suas famílias ou foram expulsas delas, que preferiram enfrentar a dor, a fome e o frio às agressões. Um tanto de gente que, diante do agravamento da crise, se viu sem teto e sem recursos.

Edwin Alberto, de 23 anos, é um destes jovens que vivem drogados, inalando o solvente químico PVC para inibir a sensação de fome e frio. Uma lata rende 40 doses e custa somente um dólar. O uso do solvente provoca a desidratação do cérebro e rapidamente afeta a coordenação motora, os pulmões, a vista e o fígado. Sem família há mais de dez anos, o jovem vive fugindo dos policiais, "que são os que mais nos maltratam" e diz que "gostaria de aprender a cozinhar e viajar pelo mundo". Diferente do sonho, aguarda a morte em algum canto.

O professor de direito civil Héctor Maldonado, do Instituto de Assistência e Integração Sociais (Iasis), órgão responsável pela população de rua da capital, disse que há um empenho de inúmeros psicólogos, psiquiatras, trabalhadores sociais e de toda espécie de especialistas "para o tratamento dos milhares de abandonados". De acordo com Maldonado, a Cidade do México tem a terceira geração que vive na rua e que por isso "há pessoas de mais de 80 anos nesta situação".

India testa com êxito míssil supersônico BrahMos

A Índia realizou o primeiro disparo do míssil cruzeiro supersônico BrahMos, o mais rápido em sua categoria, atingindo o alvo a 280 quilômetros de distância, no golfo de Bengala, na quarta-feira (22). O míssil foi lançado a partir de um avião russo Su-30.

Para o Ministro da Defesa da Índia, o lançamento fui um sucesso e representa um aumento significativo da capacidade de combate aéreo à distância para o país. "Esse tiro de prova aumentará significativamente a capacidade de operações de combate aéreo das nossas Forças Aéreas", afirmou o ministro da Defesa indiano, Nirmala Sitharaman, enquanto felicitava a parceria indiana e russa pelo lançamento.

A BrahMos é uma empresa conjunta entre a Organização de Pesquisa e Desenvolvimento de Defesa da Índia e o escritório de projetos de foguetes da Rússia, NPO Mashinostroyeniya. Ainda em nota, o Ministério da Defesa explicou que "o míssil BrahMos, que pesa 2,5 toneladas, é a arma mais pesada já transportada por um avião indiano Su-30. O BrahMos é uma arma de classe mundial com várias plataformas e missões, agora pode ser lançado do solo, mar ou ar, completando a tríade de mísseis de cruzeiro táticos da Índia".

Até agora, três aviões Su-30 MKI estão capacitados para lançar o míssil supersônico. No total, 30 aviões Su-30MKI serão modificados para poder transportar e disparar os mísseis, que podem transportar ogivas nucleares.

Em abril de 2017 a Índia testou a versão terrestre do míssil BrahMos, atingindo o alvo a cerca de 450 quilômetros de distância, também no golfo de Bengala. A Marinha também está equipando seus navios com os sistemas BrahMos.

Juiz federal bloqueia retaliação de Washington às "cidades santuário"

Um tribunal federal em São Francisco, Califórnia, emitiu uma decisão na segunda-feira (20) bloqueando a ordem executiva 13.768 do governo Trump que determina a restrição dos subsídios federais às chamadas "cidades santuário" – aquelas que se recusam a compactuar com a política de discriminação e deportação em massa de imigrantes sem documentos. Entre as centenas de cidades santuário do país, estão Los Angeles, Chicago, Nova Iorque e Seattle.

Durante sua campanha presidencial, Trump costumava xingar os imigrantes de "estupradores" e "terroristas" e prometia deportações em massa, além do muro na fronteira com o México. Assim que tomou posse, vem tentando banir a entrada de imigrantes e refugiados muçulmanos.

Segundo o juiz William Orrick, a determinação do governo Trump de impor restrições ao financiamento federal para municípios que não cooperam com as tentativas de funcionários federais da imigração para caçar e deportar imigrantes sem documentos "viola a cláusula de separação de poderes da constituição". Essa cláusula concede "ao Congresso, e não ao Poder Executivo do governo," o poder de aprovar e dispensar fundos federais, reiterou.

Orrick rejeitou a argumentação dos advogados do governo Trump, que ignorava essa questão da violação da separação de poderes – já apontada em sua decisão preliminar de abril –, e pretendia que se tratava de somente três pequenas subvenções em dois municípios. Ou seja, era uma defesa inepta. Conforme o juiz federal escreveu, "o presidente [Trump] chamou [sua ordem executiva] de" uma arma "para usar contra jurisdições que não concordam com suas políticas preferenciais de aplicação de imigração".

E se alguém ainda pudesse ter dúvida, há também as declarações públicas do procurador-geral (ministro da Justiça) de Trump, Jeff Sessions, em que este afirma com todas as vírgulas e pingos nos iiis que "as jurisdições que não cumprem com a Seção 1373" sofreriam "retenção de subsídios na fonte, rescisão de subsídios e desrespeito ou inadimplência para subsídios futuros" – e que Orrick transcreveu.

4ª Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo estreia com novo "Anna Karenina"

Mostra estreia dia 5 na Cinemateca Brasileira e apresenta 11 filmes da rica cinematografia russa da era soviética e pós-soviética

HP ESPECIAL

Entre os dias 5 e 10 de dezembro, a Cinemateca Brasileira apresenta a Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo, que abre sua quarta edição com o filme "Anna Karenina – A História de Vronsky", do premiado diretor Karen Shakhnazarov, lançado em junho deste ano na Rússia.

O filme é a mais nova adaptação do célebre romance de Lev Tolstoi, que começa na guerra russo-japonesa (1904-1905), reunindo no mesmo lugar os dois homens mais importantes da vida de Anna, seu filho Serguey e seu amante Vronsky. O encontro, que não existe no romance, revive a tragédia ocorrida 30 anos antes.

A mostra de cinema soviético e russo, realizada pelo CPC-UMES Filmes com o Estúdio Mosfilm, em parceria com a Cinemateca Brasileira, traz ao público uma oportunidade rara de conhecer a rica cinematografia russa, com entrada gratuita. A programação traz obras representativas de vários estilos e épocas do cinema russo produzidas pelo Mosfilm, o maior e mais antigo estúdio da Europa, com um acervo de 2.500 títulos da era soviética e pós-soviética.

Entre os 11 longas-metragens que serão apresentados, além da abertura imperdível com "Anna Karenina", a mostra traz desde clássicos de Eisenstein, como "Encouraçado Potemkin" (1925) e "Outubro" (1927), lembrando os 100 Anos da Revolução de 1917, ao sensacional "Dersu Uzala", do mestre japonês Akira Kurosawa, Oscar de Melhor Filme Estrangeiro no ano de 1976.

Cinemateca Brasileira: Largo Senador Raul Cardoso, 207 – Vila Clementino. São Paulo – SP. Tel. (11) 3512-6111. Abertura: 5 de dezembro, às 20h. Entrada franca.

Informações: (11) 4115-0770 / (11) 99656-3970

Confira abaixo a programação completa mostra.

O romance "Anna Karenina", de Tolstoi, foi um dos livros mais adaptados para o cinema e TV. O filme de Karen Shakhnazarov, que estreia no Brasil na mostra, foi lançado na Rússia em junho deste ano. No elenco, Elizabeta Boyarskaya, no papel de Anna Karenina, e Maxim Matveev, interpretando o conde Vronsky

PROGRAMAÇÃO DA MOSTRA

TERÇA - 05/DEZ - ABERTURA
20h - ANNA KARENINA - A HISTÓRIA DE VRONSKY
2017 / COR / 138 MIN / DRAMA
Direção: Karen Shakhnazarov
Publicado em 1877, o romance de Tolstoi narra o caso extraconjugal de Anna Karenina, que se apaixona pelo conde Vronsky e abandona a família, chocando a sociedade. Nesta adaptação, Shakhnazarov inicia o relato 30 anos mais tarde, durante a guerra russo-japonesa, quando o filho de Karenina procura informações sobre o amante da mãe, e o quê a levara a desistir da vida.

QUARTA - 06/DEZ
20h - O HOMEM DO BOULEVARD DES CAPUCINES
1987 / COR / 97 MIN / COMÉDIA
Na alvorada do século 20, Mr. Johnny First chega ao Oeste Selvagem com um projetor e algumas latas de filme. O título dessa sátira é uma alusão ao Salão Indiano do Grand Café do Boulevard des Capucines, onde os Irmãos Lumière encantaram as plateias com sua maravilhosa invenção.

QUINTA - 07/DEZ
19h - ENCOURAÇADO POTEMKIN
1925 / P&B / 71 MIN / ÉPICO
Direção: Serguey Eisenstein e Grigori Aleksandrov
Em 1905, marinheiros do Potemkin rebelam-se. A população da cidade portuária de Odessa apoia a revolta e é brutalmente reprimida. O encouraçado dispara contra o Quartel General czarista e parte ao encontro da frota do Mar Negro, visando sublevá-la. Obra-prima de Eisenstein, o filme soviético mais influente no Ocidente.

"Encouraçado Potemkin", de Serguey Eisenstein e Grigori Aleksandrov, é um dos filmes da mostra

21h - OUTUBRO
1927 / P&B / 100 MIN / ÉPICO
Direção: Serguey Eisenstein / Grigori Aleksandrov
Partindo do relato de John Reed, em "Os 10 Dias Que Abalaram o Mundo", Eisenstein e Aleksandrov criam para o 10º Aniversário da Revolução um clássico de linguagem inovadora sobre os fatos ocorridos desde a queda do czarismo, em fevereiro de 1917, até a passagem do poder aos Sovietes.

SEXTA - 08/DEZ
19h - AMOR NA URSS
2013 / COR / 89 MIN / DRAMA
Direção: Karen Shakhnazarov
Na década de 1970, jovem universitário "dissidente" disputa com o amigo comunista o amor da doce Lyuda, enquanto o entusiasmo socialista na URSS vai sofrendo uma gradual, porém contínua, erosão. Remontagem do filme "Cidade dos Ventos", realizado pelo mesmo diretor em 2008.

21h - ESTAÇÃO BIELORRÚSSIA
1971 / COR / 100 MIN / DRAMA
Direção: Andrey Smirnov
Quatro veteranos da 2ª Guerra Mundial se encontram 25 anos depois no funeral de um ex-camarada de armas que permanecera no exército. Antes de retornarem a seus afazeres, vivem um dia repleto de recordações e situações inesperadas.

SÁBADO - 09/DEZ
16:30h - LIBERTAÇÃO 1: O ARCO DE FOGO
1968-69 / COR / 90 MIN / GUERRA
Direção: Yuri Ozerov
Recriação dramática da 2ª Guerra Mundial focada nos episódios que vão da contra-ofensiva soviética após a vitória em Stalingrado, concluída em fevereiro de 1943, até a batalha de Kursk, o maior confronto de blindados de todos os tempos.

18:30h - O DESTINO DE UM HOMEM
1959 / P&B / 97 MIN / DRAMA
Direção: Serguey Bondarchuck
Convocado pelo Exército Vermelho para atuar como motorista, Andrey é capturado pelos alemães e, quando retorna, não encontra sua mulher e filhos, todos mortos na guerra. O fantasma de uma vida sem propósito o atormenta. Adaptação do romance homônimo de Mikhail Sholokhov, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura em 1965.

20:30h - DERSU UZALA
1975 / COR / 142 MIN / DRAMA
Direção: Akira Kurosawa
Explorador e cartógrafo do exército russo mapeia a Sibéria no fim do século 19, com a ajuda de caçador nativo avesso aos padrões mercantis de conhecimento e relação com a natureza. Produzida pelo Mosfilm, a obra trouxe de volta às telas o mestre japonês, que tentara o suicídio em 1971. Oscar de Melhor Filme Estrangeiro em 1976.

DOMINGO - 10/DEZ
16:30h - LIBERTAÇÃO 2: RUPTURA
1968-69 / COR / 90 MIN / GUERRA
Direção: Yuri Ozerov
O segundo episódio da série de cinco filmes tem início em julho de 1943 com a destituição de Mussolini e a invasão da Itália pelas tropas de Hitler. Prossegue com a travessia do Dnieper pelo Exército Vermelho, a retomada de Kiev e o encontro de Roosevelt, Stalin e Churchill, em Teerã, para decidir a abertura da frente ocidental.

18:30h - A QUESTÃO RUSSA
1947 / P&B / 87 MIN / DRAMA
Direção: Mikhail Romm
O jornalista Harry Smith é enviado à URSS por uma cadeia de jornais americanos interessada em fomentar a guerra fria. Na volta, ele escreve um livro que deixa seus patrões furiosos e torna-se alvo de violenta retaliação. Adaptação da peça teatral do escritor soviético Konstantin Simonov.

20:30h - ENCOURAÇADO POTEMKIN - Reprise
1925 / P&B / 71 MIN / ÉPICO
Direção: Serguey Eisenstein e Grigori Aleksandrov